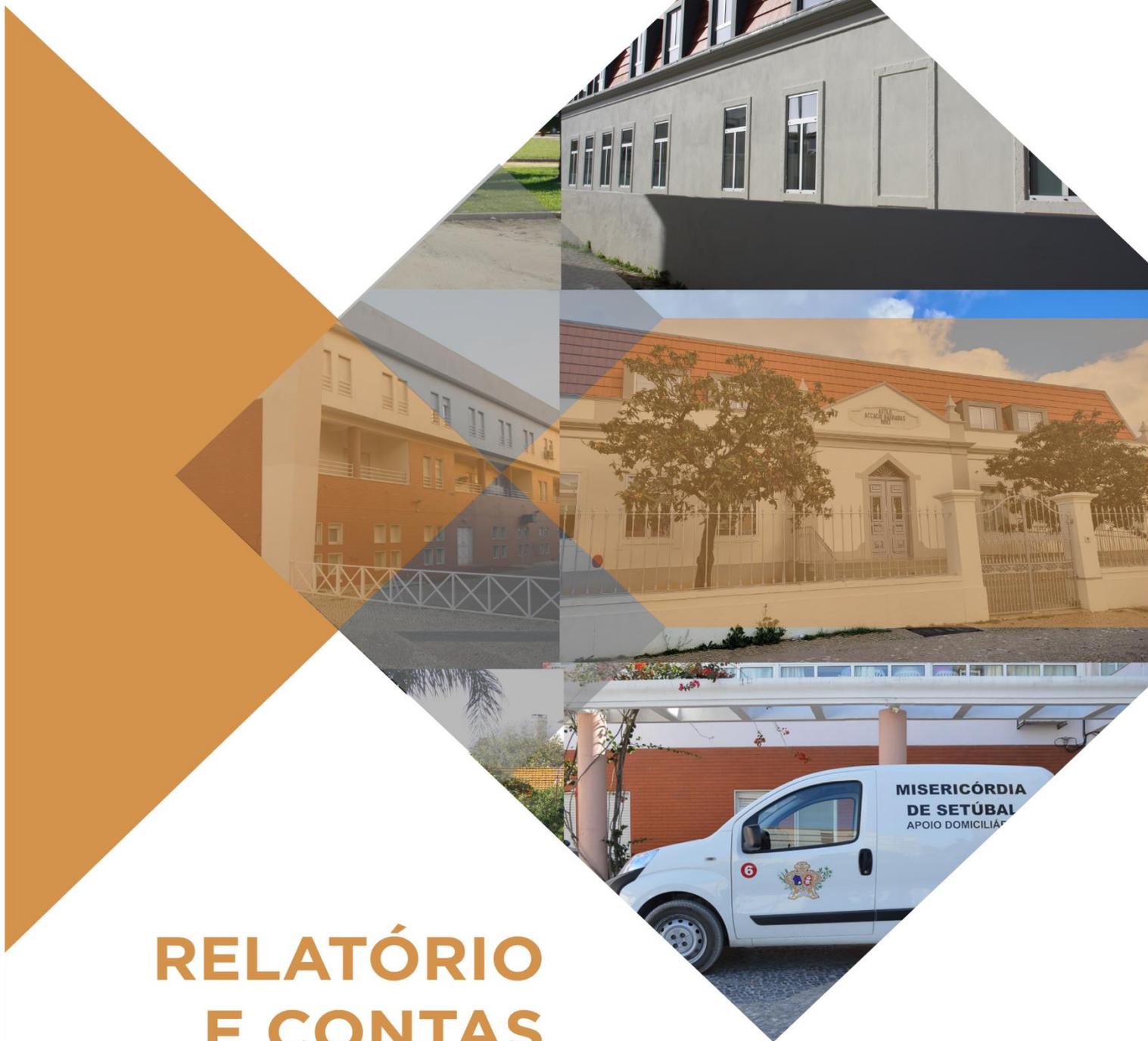


MISERICÓRDIA SETÚBAL



RELATÓRIO E CONTAS 2023



“Ainda estamos em tempo de iniciar um processo de mudança global para colocar em prática uma economia diversa, mais justa, inclusiva, sustentável, que não deixe ninguém para trás”.

Papa Francisco



ÍNDICE

1 – Corpos Sociais	4
2 – Apresentação da Instituição	5
3 – Relatório de Gestão	6
4 – Balanço	28
5 – Demonstração de Resultados	29
6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	30
7 – Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	31
8 – Anexo às Demonstrações Financeiras	33
9 – Demonstração dos Resultados por Valências – 2023	53
10 – Certificação Legal de Contas	54
11 – Parecer do Definitório	57



1 – CORPOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal foram eleitos a 16 de Novembro de 2023 e tomaram posse no dia 11 de Janeiro de 2024.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente – Vitor Manuel Rosa Pereira

Vice-Presidente – Maria Luísa Parreira Gago da Silva Reynaud da Silva

Secretário – José Manuel Costa Valério

MESA ADMINISTRATIVA:

Provedor – Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira

Vice Provedor - Paulo Jorge Silva dos Santos

Vice Provedor / Tesoureiro - Paulo Rui Santos Reinho Valdez

Secretário – Eurico Loureiro Gomes

Mesários Efectivos:

José Manuel de Albuquerque Portocarrero Canavarro

Daniela dos Santos Silva

João António Ramos Braga

Norberto Pires Gomes

Paula Margarida Nunes Botelho

Mónica Raquel Machado Diogo Assembleia Froes

José Manuel Gonçalves Almeida

Mesários Suplentes:

Paulo Jorge Silva Pisco

Paulo Alexandre Cruz Lopes

António Cândido de Almeida Teixeira

José Luís da Costa Resende

DEFINITÓRIO:

Presidente – Pedro Manuel Moreira da Conceição

Vice-Presidente – Fernando Manuel Monteiro

Secretário – Rui Manuel Cardoso Ferreira de Melo

Suplentes

Pedro Miguel Alves Fidalgo Sergio

Maria José Nunes Pais da Silva



2 – APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, reconhecida por Provisão do Rei D. Manuel I, de 2 de Abril de 1500, é uma Associação de Fiéis, com personalidade Jurídica Canónica e Civil. É, também, uma entidade da *Economia Social*, com Estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública.

Os seus fins são consignados à prática tradicional das *Catorze Obras de Misericórdia*, quer corporais quer espirituais, dispondo-se a desenvolver atividades de intervenção social na comunidade em que está inserida, nomeadamente:

- O apoio a pessoas idosas e/ou em situação de dependência;
- Pessoas com deficiência e/ou incapacidade;
- Apoios à família e comunidade em geral;
- Promoção da Saúde e prestação de cuidados curativos, de reabilitação e reintegração;
- Exploração e manutenção de unidades de cuidados paliativos especializados de saúde;

Quando cumpra critérios definidos pelo Regulamento n.º 346/2013 de 17 de Abril, do Parlamento Europeu e Conselho, sobre actividades secundárias e instrumentais, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal pode assumir a natureza de empresa social, para efeitos de fornecimento de bens e serviços sociais a pessoas marginalizadas ou vulneráveis, desfavorecidas ou excluídas, no âmbito de acção em empreendedorismo social.

Por estar também consignada à natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, cumpre-lhe igualmente, agir no sentido da defesa do seu património edificado e móvel, adquirido ao longo da sua existência, nas suas vertentes cultural e artísticas, religiosas e civis, bem como, na salvaguarda dos seus aspectos material e imaterial.

A sua **Missão** consiste assim, através das *Respostas Sociais* em execução, em assistir os Indivíduos que se encontram em situação de carência ou disfunção social, permanente ou temporária, atendendo aos princípios da dignidade humana, da família, da corresponsabilidade e entreaajuda.

A sua **Visão** consiste em ser a instituição de referência em respostas sociais especializadas e plurisectoriais, distinguindo-se no universo das restantes IPSS's existentes na comunidade/Região em que está inserida.

Os seus **Valores** permanecem alocados à sua tradição fundacional, designadamente, da Caridade Cristã, traduzida na enunciação e prática das 14 Obras de Misericórdia, e bem assim, consignados à solidariedade, dignidade, equidade e tolerância sociais.



3 – RELATÓRIO DE GESTÃO

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal vem nos termos da Lei e do seu Compromisso, apresentar o Relatório de Gestão e as Contas do ano de 2023.

Após um ano de 2022 marcado pelo início da guerra na Ucrânia e pela inflação generalizada de custos variáveis, o ano de 2023 foi um ano de recuperação. Nesse enquadramento, procuramos encontrar soluções para continuar a minimizar os défices resultantes da nossa atividade e pelos efeitos negativos que a guerra provocou.

Estamos convictos das dificuldades que temos vindo a atravessar, devido às conjunturas que se têm desenvolvido nesta última década: a crise financeira, a pandemia e agora a guerra.

Contudo, temos, com o empenho de todos os que estiveram nos órgãos sociais e que terminaram o seu mandato no final de 2023, procurado sempre atingir os objetivos, que são definidos em sede de Plano de Atividades e Orçamento, em cada ano.

Conforme temos evidenciado, a nossa grande preocupação tem residido na sustentabilidade da nossa instituição.

A sustentabilidade económica e financeira assume aqui um papel decisivo nesta avaliação. Contudo, esta ideia de sustentabilidade não se esgota fora do âmbito de uma existência de políticas públicas, que se querem coerentes e contínuas no tempo, e numa ideia de afirmação social, cujo impacto afeta a vida de muitas famílias e de muitas instituições como a nossa.

Esta ideia precisa, ao mesmo tempo, de assentar em princípios de rigor e de transparência permitindo, assim, ao coletivo observar o cumprimento das Catorze Obras de Misericórdia na linha da moderna doutrina social da Igreja.

Estamos perante um tempo de algumas indefinições e de conseqüentes preocupações sobre a sustentabilidade do sector social em geral e da nossa instituição em particular.

Neste contexto procuramos acelerar as reformas estruturais necessárias à Misericórdia do Setúbal e assim a reabilitação e ampliação do Lar Acácio Barradas.

Assim sendo estamos perante um momento de mudança em termos de oferta de serviços no ano de 2024 que nos permite responder aos novos desafios.

No que respeita à performance da SCMS no exercício de 2023 apresenta um resultado líquido do período de 5.075,49 Euros. As receitas operacionais cifraram-se nos 5.263.810,40 Euros, o EBITDA fixou-se nos 272.347,49 Euros e com um Cash Flow de 180.176,66 Euros.



3.1 - Gestão Administrativa e Financeira

A SCMS tem um conjunto de respostas sociais que atuam em áreas e espaços diferentes. Esta realidade obriga a um controlo de gestão mais rigoroso e detalhado. Por outro lado, os custos dos serviços partilhados são isolados de forma a poderem posteriormente ser imputados às várias valências nas respetivas percentagens, tendencialmente em função dos recursos consumidos.

3.1.1 - Direção Financeira

A Direção Financeira tem como principal missão controlar a sustentabilidade financeira através do planeamento e do controlo financeiro e contabilístico, assim como do cumprimento de obrigações legais e fiscais, assegurando ainda a prestação de contas e o *reporting* de informação.

Assegura a Contabilidade e Fiscalidade, as contas a pagar, a concentração dos pagamentos, numa ótica de racionalização de recursos, as contas a receber, a gestão dos recursos financeiros, o controlo da faturação, o estabelecimento de regras tendentes à uniformização dos critérios contabilísticos e fiscais e a gestão integrada da carteira de seguros da SCMS.

A Direção Financeira contribuiu para o desenvolvimento sustentável das atividades e para uma cultura de controlo interno da SCMS, através do sistema de controlo de gestão.

A Direção Financeira tem o controlo das compras, na sua atividade diária. Deste modo, continua a ser fundamental manter o foco na criação de valor, maximizando a satisfação dos nossos clientes internos, ao mesmo tempo que se garante que o orçamento aprovado é cumprido e controlado.

Analisa as contas correntes e as suas variações para deste modo podermos aferir de uma forma clara a contribuição de cada Centro de Resultado para libertação de fundos (cash-flow).

Em termos de headcount, a equipa da Direção Financeira é constituída por 4 elementos.

3.1.1.1 - Contabilidade e Fiscalidade

A área de Contabilidade e Fiscalidade é responsável pelo cumprimento das obrigações contabilísticas e fiscais, junto dos organismos que fiscalizam a atividade da SCMS. Entre estas entidades, contam-se o Revisor Oficial de Contas, a Autoridade Tributária, a Segurança Social, entre outros.

A operacionalização prática desta área e respetivas responsabilidades são adequadamente articuladas e supervisionadas pela Comissão Executiva da SCMS.

Como tarefas principais salientamos:

- Apresentação de contas mensais;
- Apresentação de contas anuais (elaboração de relatório de contas e Anexo com vista à certificação pelo Auditor Externo/Revisor Oficial de Contas);



- Apresentação mensal de contas previsionais;
- Elaboração e entrega de declarações fiscais (mensais e anuais);
- Contabilizações diversas – especializações de gastos e rendimentos e conferências de contas;

3.1.1.2 – Tesouraria

À área da Tesouraria efetua a gestão e otimização de recursos financeiros através da monitorização e controlo dos Caixas e das Contas Bancárias.

Observa a execução dos procedimentos necessários para garantir a execução e contabilização de todos os pagamentos e recebimentos no universo da SCMS, de forma otimizada, controlada, uniforme e transversal.

Compete à área da Tesouraria, sob a orientação da Comissão Executiva, controlar e disponibilizar informação atualizada sobre os ativos financeiros da Instituição e a sua rentabilização.

O Orçamento Mensal de Tesouraria é realizado com base na informação disponibilizada pelas diversas áreas que interagem com a dinâmica de entradas e saídas de fluxos financeiros, sendo tarefa principal o acompanhamento, a análise e o apuramento dos desvios.

3.1.1.3 – Faturação

A área da Faturação é responsável pela faturação backoffice, realizada nos Serviços Partilhados e Corporativos.

Está organizada em 2 grupos: “Saúde” e “Não Saúde”.

No âmbito da faturação “Saúde” as tarefas essenciais são a emissão de faturas relacionadas com a atividade da Clínica, destacando-se a seguinte faturação:

- Acordo Contrato-Programa – ARSLVT/UMP;
- Acordos com diversos Subsistemas;
- Acordo com Seguradoras;
- Acordo com Hospital de São Bernardo (CHS);
- Particulares.

No âmbito da faturação “Não Saúde” são emitidas faturas relacionadas com as áreas do Património e Social, entre outras:

- Património: Processamento mensal das faturas de rendas;
- Social: Processamento mensal dos serviços prestados aos utentes dos Lares e Apoio Domiciliário;
- Outros: Faturação relacionada com a atividade de outras áreas da Instituição (Quotização de Irmãos; Cemitério/ossários).

De salientar que no decorrer de 2023, prosseguiu o processo de atualização dos programas informáticos, tendo em vista melhorar a gestão da SCMS, com destaque para o programa de Gestão de Stocks.



3.1.2 - Recursos Humanos

No ano de 2023 a atenção e reforço do modelo organizacional de gestão de recursos humanos assentou na gestão de competências.

De acordo com a natureza específica e peculiar das áreas de atuação desenvolvidas pelos RH destacam-se as iniciativas que constituem ações de melhoria, tais como:

- Reformulação dos processos de acolhimento e integração dos colaboradores;
- Processos de seleção e recrutamento interno e externo.
- Registo e análise dos acidentes de trabalho.
- Avaliação dos riscos profissionais.

No final de 2023 a SCMS, constava no quadro de pessoal 203 trabalhadores (não sendo contabilizados os trabalhadores ausentes por período superior a 30 dias – 30 funcionários) e 52 prestadores de serviços.

UNIDADES OPERACIONAIS / DEPARTAMENTOS	2023	
	FUNCIONÁRIOS	P. SERVIÇO
ADMINISTRAÇÃO	17	1
PATRIMÓNIO	4	0
CLÍNICA	9	11
SERVIÇO SÚDE	4	10
LAVANDARIA	10	0
COZINHA	11	0
ERPI / CAID	42	2
APOIO DOMICILIÁRIO/CAID	16	11
LAR / DR. P. BORBA	36	1
LAR / ACÁCIO BARRADAS	13	0
ERPI / CATI	40	8
APOIO DOMICILIÁRIO/CATI	1	8
TOTAL	203	52





Na tabela e gráfico acima podemos observar a distribuição dos funcionários por Valência, em seguida podemos ver por categoria profissional.

CATEGORIA	2023
Administrativos	9
Advogado	1
Ajudante de Cozinha	6
Ajudantes de Lar e Centro de Dia	77
Ajudantes Familiares	35
Animadora Sociocultural	1
Carpinteiro	1
Cozinheira	3
Diretores	5
Ecónomo	1
Empregado refeitório	14
Encarregada de Setor	4
Enfermeiro	21
Enfermeiro Coordenador	1
Engomadora	7
Farmacêutica	1
Fisioterapeuta	5
Fisiatra	1
Médico	9
Motoristas	1
Operador computador I	1
Pintor	1
Técnico Superior Administrativo	5
Técnica Administrativa	1
Técnica Superior Serviço Social	3
Técnico auxiliar Fisioterapia	4
Terapeuta ocupacional	2
Trabalhadores Serviços Gerais	35
TOTAL	255

Distribuição por tipo de vínculo

O quadro abaixo demonstra a composição do quadro de pessoal por tipo de contrato.

Contrato trabalho sem termo	Contrato trabalho a termo certo	Contrato trabalho a termo incerto	Contrato Prestação Serviços	Total
214	6	13	52	285



3.1.2.1 – Admissões e Cessação

Durante o ano de 2023 foram admitidos 105 colaboradores nas seguintes modalidades de contrato:

Tipo de Contrato	Número
Contratos de trabalho a termo certo	26
Contratos de trabalho a termo incerto	17
Contratos de trabalho sem termo	22
Contratos de prestação de serviços	40

Foram cessados 114 contratos pelos seguintes motivos:

Cessação	Número
Caducidade	17
Reforma	9
Falecimento	1
Despedimento por iniciativa Empregador – Justa Causa	1
Denúncia período experimental	8
Resolução do contrato por iniciativa do trabalhador	41
Resolução do contrato por iniciativa do Prestador serviço	35
Resolução do contrato por iniciativa da Entidade contratante	2

A categoria profissional que tem maior relevância nas admissões e cessações de contratos na instituição, é a de ajudante de lar, correspondendo a 65% nas admissões e 63% nas cessações.

No ano de 2023 foi contratada uma trabalhadora para preenchimento da quota de trabalhadores portadores de deficiência.

3.1.2.2 – Relações profissionais e de disciplina

Relações profissionais

São 45 trabalhadores sindicalizados que descontam para as associações sindicais.

Disciplina

Durante o ano de 2023 foram instaurados 4 processos disciplinares.

Trabalho comunitário

No decorrer do ano houve uma solicitação da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas para uma integração, afim de realizar de 89 horas de trabalho comunitário.

Voluntários

Desenvolvem voluntariado nesta instituição 3 indivíduos.



3.1.2.3 – Estágios

A SCMS desenvolveu parcerias com diversas entidades para a realização de estágios em contexto de trabalho, o que permite ao estagiário adquirir e desenvolver competências profissionais.

A SCMS acolheu 11 estágios nas seguintes áreas:

ÁREA DE FORMAÇÃO	ENTIDADE PROMOTORA	TOTAL DE HORAS	VALÊNCIA
Serviço Social	Universidade Lusófona	150h	AP. DOM-CAID
Massagem Técnica Ass. Reabilitação Física	BemformCenter	200h	CLÍNICA
Auxiliar de saúde	Escola Profissional de Setúbal - Projecto Erasmus	410h	CATI
Auxiliar de saúde	Escola Profissional de Setúbal - Projeto Erasmus	410h	CATI
Assistente administrativa e financeira	SA Formação	220h	ADMINISTRAÇÃO
Técnica Auxiliar de Fisioterapia	School House Setúbal	180h	CLÍNICA
Técnico auxiliar de saúde	Escola Profissional de Setúbal - Projeto Erasmus	500h	CATI
Auxiliar de saúde e Geriatria	Escola do Saber	225h	CAID
Auxiliar de Fisioterapia e iniciação à massagem	Talento	150h	CLÍNICA
Serviço Social	Universidade Lusófona	18h/semana	AP. DOM
Auxiliar de saúde	Ediclube	200h	CAID

3.1.2.4 – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

A prevenção de riscos profissionais foi uma das preocupações que levou a uma melhor educação, formação e informação para a promoção da melhoria da segurança e saúde no trabalho e de hábitos de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Acidentes de trabalho

Durante o ano de 2023 registaram-se 11 acidentes de trabalho.

Doença profissional

Foram reconhecidos 8 casos de doença profissional.



Vigilância da saúde

No âmbito das atividades de vigilância da saúde de trabalhadores/as, salienta-se a realização do total de 235 exames de médicos.

- **47%** foram exames periódicos que, são realizados anualmente a trabalhadores/as com idade superior a 50 anos e de dois em dois anos aos restantes;
- **16%** foram exames ocasionais, realizados por iniciativa do trabalhador ou da chefia, com base na observação direta ou na comunicação de alteração do estado de saúde ou das condições de trabalho, assim como o regresso ao trabalho após ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente de trabalho;
- **37%** foram exames de admissão.

3.1.2.5 – Absentismo

DESCRIÇÃO	Horas
Assistência à Família	11:30
Falecimento	26:43
Falta Encerramento Esc.	78:08
Falta injustificada	1 161:57
Falta Injustificada	380:11
Falta justificada - COVID	4 524:04
Falta Justificada - sem desconto em dias	526:19
Falta Justificada - c/retribuição horas	642:19
Falta Justificada ,h) do n	3:40
Falta Justificada -s/ retribuição	629:37
Falta Justificada -s/ retribuição	119:38
ITA - Incapacidade Temporária Absoluta - Acidente Trabalho	624:08
ITP - Incapacidade Temporária Parcial - Acidente Trabalho	18:18
ITT- Assistência a Família	1 058:48
ITT - Doença Direta	193:16
ITT - Doença Profissional	40 525:29
ITT - Gravidez de risco	2 966:11
ITT -Doença Natural	53 389:47
Licença S/ Vencimento	4 758:26
Licença de Casamento	75:50
Licença Parental	5 922:03
Luto	259:25
Prestação provas avaliação	56:21
TOTAL	117 944:68



3.2 - Gestão do Património e Manutenção

3.2.1 - Manutenção e Conservação

No decorrer do ano de 2023, deu-se continuidade aos procedimentos estabelecidos no ano anterior, tendo como principal objetivo a resolução das não conformidades persistentes ao longo do tempo, no que respeita ao Património Operacional e de Rendimento. Este trabalho foi efetuado de forma eficaz.

Requalificação e Manutenção de Instalações

Durante o ano de 2023, os Serviços de Obras e Manutenção das Instalações desenvolveu o seu trabalho com base nos planos e orçamento de Investimento e Conservação e Manutenção aprovados e ainda, tendo presente as necessidades nos edifícios do Paula Borba, CATI, CAID e Clínica, para fazer face ao plano de manutenção dos equipamentos.

O Investimento realizado vem na persecução de uma contínua melhoria, na recuperação e adequação das nossas instalações em termos de condições de utilização. Pretende-se deste modo, dar continuidade à adaptação e modernização que tem vindo a ser feita na SCMS.

Lar Acácio Barradas

Durante o ano de 2023 decorreu a obra de Requalificação e ampliação do Lar Acácio Barradas.

Aquisição de Equipamentos

Lavandaria - Aquisição de uma Máquina de Lavar e secadora industrial.

Cozinha – Remodelação da Infraestrutura Elétrica (Incluindo Quadro)

Clínica – Aquisição de Aparelho de Correntes e Ultrassom

Lar Paula Borba – Dois depósitos de Água Quente

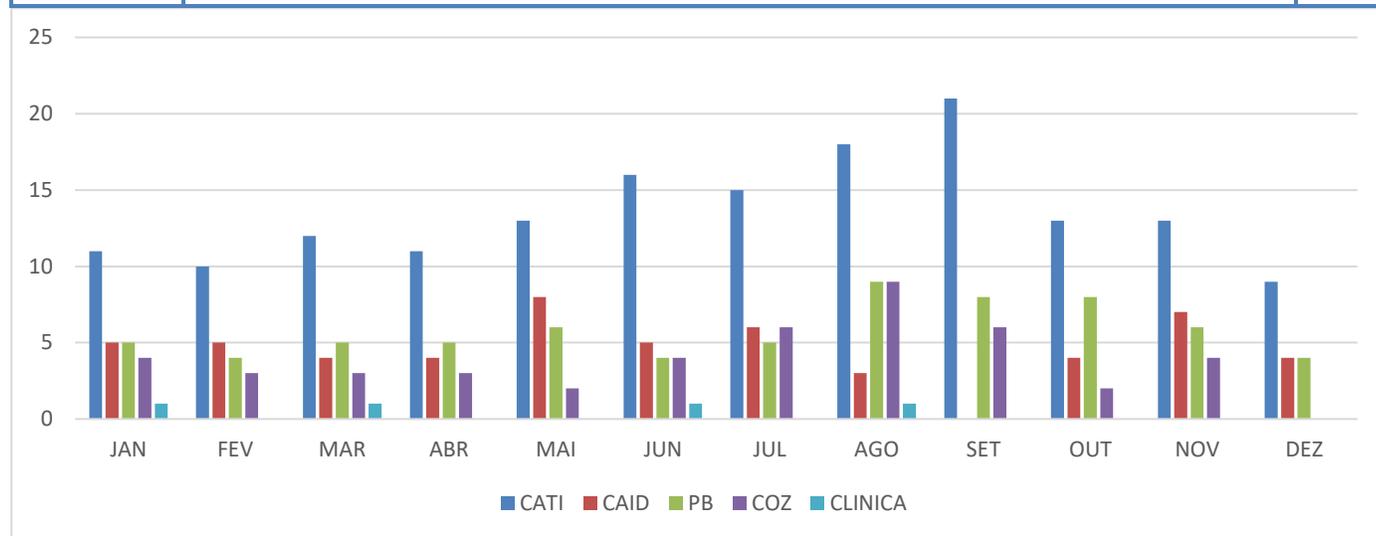
Manutenção da Gestão de Infraestruturas das Unidades Operacionais e do Património de Rendimento

- Resolução de anomalias reportadas: Construção civil e instalações técnicas;
- Gestão do software de manutenção;
- Coordenação das empresas prestadoras de serviços de Manutenção preventiva e corretiva de todas as instalações técnicas;
- Elaboração e desenvolvimento das peças escritas e desenhadas, necessárias para a realização de obras de melhoria/reabilitação;
- Realização de vistorias ao património de rendimento;
- Identificação e acompanhamento de manutenção corretiva e preventiva das instalações elétricas e equipamentos;
- Plano de Prevenção da doença do legionário e seu acompanhamento;
- Gestão da Manutenção Preventiva AVAC;
- Gestão da Manutenção Sistemas Automáticos de Detecção de incêndio (SADI);
- Acompanhamento da manutenção Preventiva dos Extintores;
- Gestão de manutenção e inspeções dos Elevadores das Unidades Operacionais;
- Organização e acompanhamento da Manutenção dos Sistemas de Intrusão;



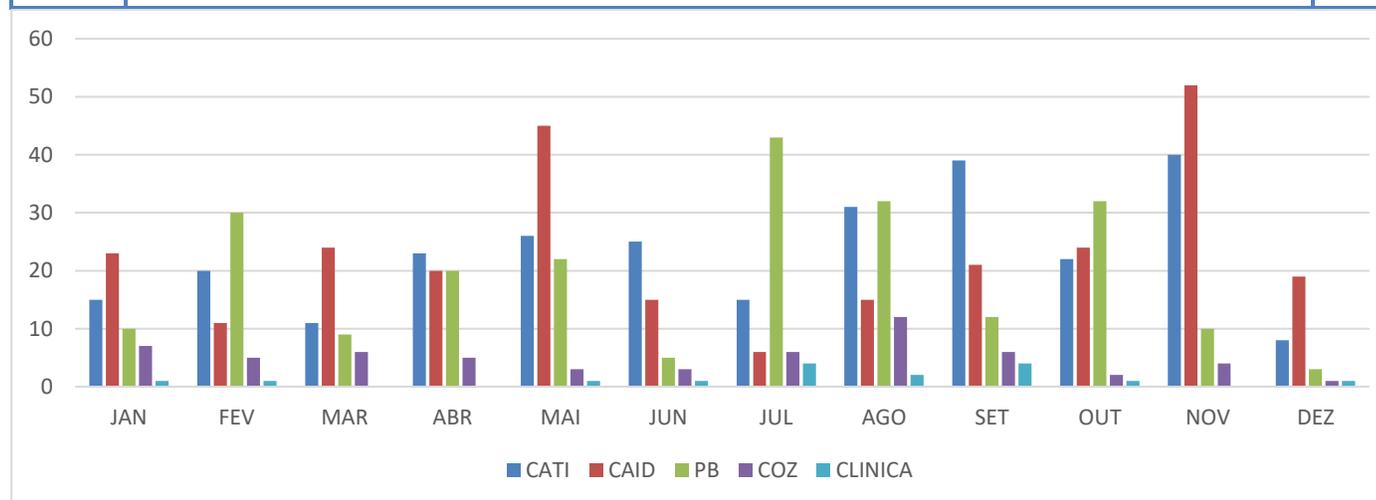
MAPA DE Nº DE PEDIDOS DE MANUTENÇÃO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CATI	11	10	12	11	13	16	15	18	21	13	13	9	162
CAID	5	5	4	4	8	5	6	3		4	7	4	55
PB	5	4	5	5	6	4	5	9	8	8	6	4	69
COZ	4	3	3	3	2	4	6	9	6	2	4		46
CLÍNICA	1		1			1		1					4
TOTAL	26	22	25	23	29	30	32	40	35	27	30	17	336



MAPA DE Nº DE INTERVENÇÕES MANUTENÇÃO

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	
CATI	15	20	11	23	26	25	15	31	39	22	40	8	275
CAID	23	11	24	20	45	15	6	15	21	24	52	19	275
PB	10	30	9	20	22	5	43	32	12	32	10	3	228
COZ	7	5	6	5	3	3	6	12	6	2	4	1	60
CLÍNICA	1	1	0	0	1	1	4	2	4	1	0	1	16
TOTAL	56	67	50	68	97	49	74	92	82	81	106	32	854





3.2.2 - Arrendamento

No ano de 2023 o volume das rendas totalizou o valor de 102.00,00 €, sendo este valor igual ao de 2022. Os serviços de manutenção e conservação vêm atuando sempre de forma responsável, com o objetivo de manter os edifícios arrendados nas melhores condições de habitabilidade, o que tem vindo a ser assegurado através de pequenas obras preventivas.

Relativamente as rendas em atraso continuamos a realizar todas as diligências para a recuperação das mesmas.

3.3 - Respostas Sociais

Ao longo do ano de 2023, a SCMS continua a defender e promover o respeito pelo indivíduo, satisfazendo as suas necessidades biopsicossociais, melhorando a sua qualidade de vida e promovendo o envelhecimento ativo.

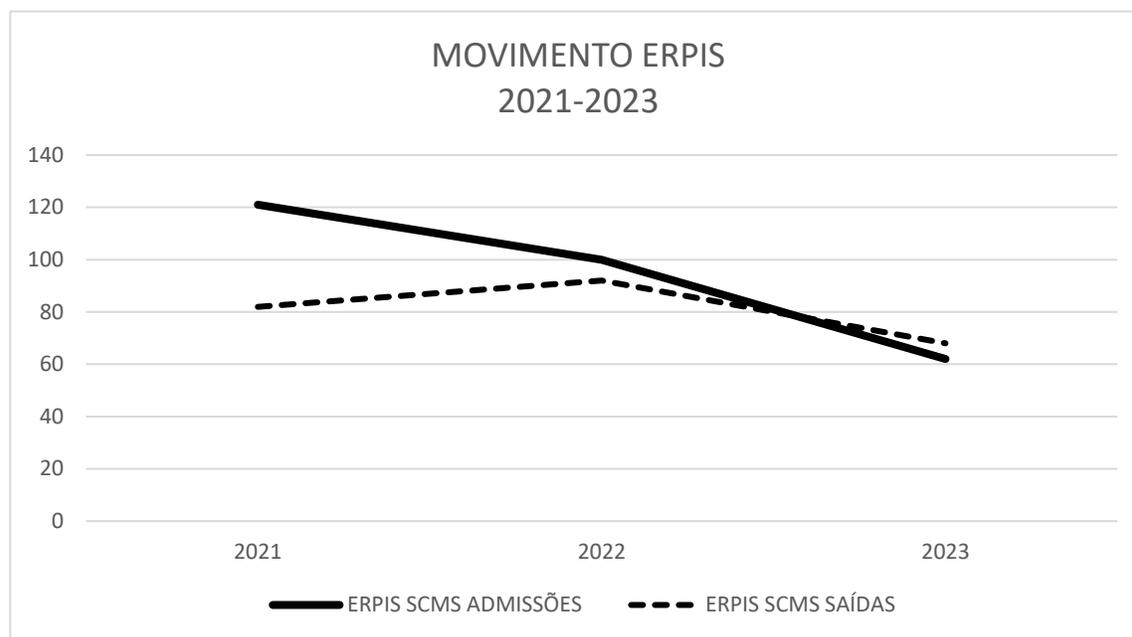
Em relação ao apoio prestado nos últimos 3 anos, o número médio de utentes apoiados foi:

Respostas Sociais	2023	2022	2021
Lar Acácio Barradas	26	28	25
Lar Dr. Paula Borba	93	93	89
Centro Apoio Idosos Dependentes	53	51	42
Apoio Domiciliário	81	72	66
CATI - Lar	77	77	75
CATI - Serv. Apoio Domiciliário	39	37	32
Total Utentes	369	358	329

3.3.1 – Estabelecimentos Residenciais Para Idosos

O ano de 2023, no que se refere à actividade nuclear da Instituição, foi um ano de estabilidade em relação aos anos de 2020-2022. As admissões de utentes são sempre proporcionais às saídas, isto é, as admissões são reposições de lotação da capacidade existente nas respectivas ERPI'S, através da saída de utentes, cuja causa principal é o falecimento.

No decorrer dos anos de 2021-22, devido aos constrangimentos anteriores relacionados com a situação sanitária, restabelecemos a integração de utentes proporcionais às saídas, mas durante o ano de 2023, dando continuidade a essa estabilidade, verificou-se um abrandamento no movimento de admissões e saídas como o verificado em 2016.



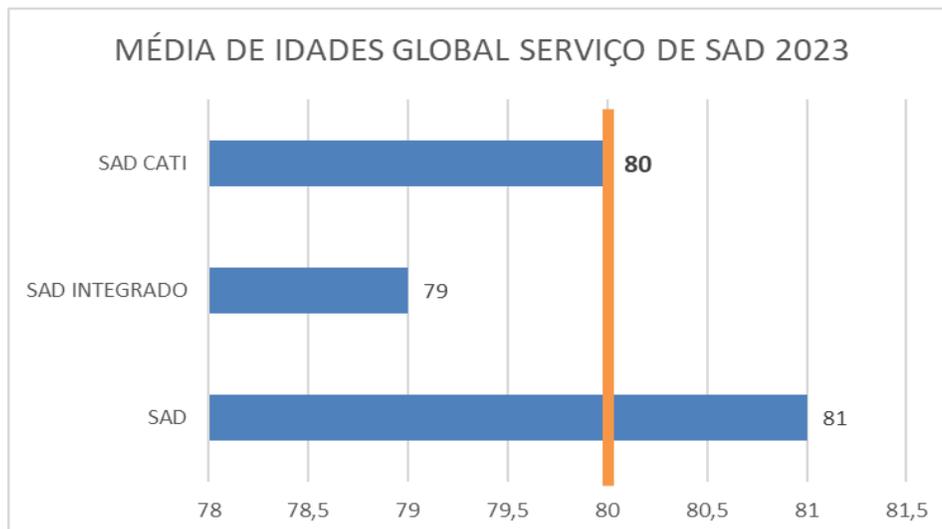
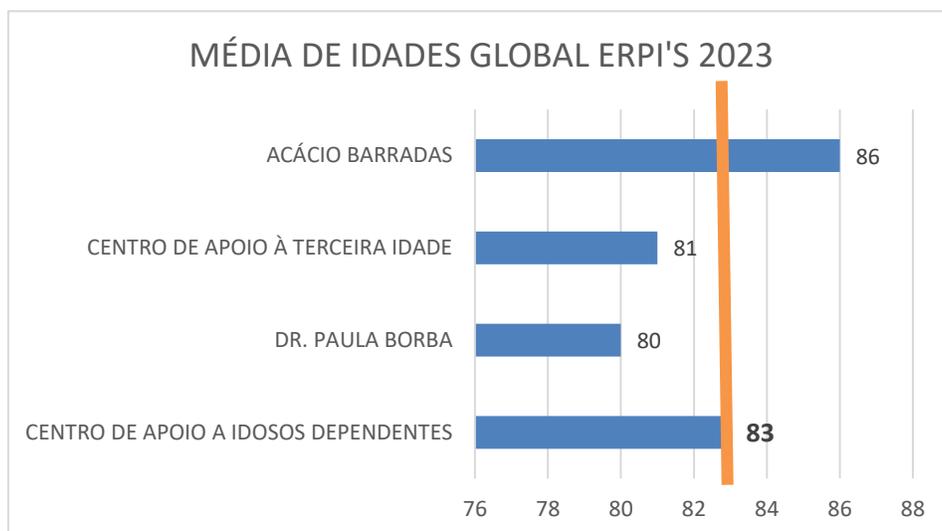
A motivação na procura de equipamentos residenciais continua a estar relacionada com o agravamento de situação clínica da pessoa idosa, nomeadamente psíquica e/ou de mobilidade, em que o suporte familiar torna-se insuficiente ou demasiado exigente e/ou especializado. Pelo que nos é possível observar, neste momento, a componente da saúde, designadamente, cuidados de enfermagem, é um factor essencial para a permanência em ERPI. Apesar de também, na sua maioria, serem pessoas em situação de carência económico-financeira, esta tipologia de Resposta Social apresenta-se como uma necessidade transversal ao tecido social português, em particular na região de Setúbal, independentemente da maior ou menor capacidade financeira.

Desta forma, pretende a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal através da requalificação dos seus equipamentos, dar resposta a essa emergente necessidade.

Quanto ao género, apesar de existir uma maior frequência de mulheres, lembramos que existe uma paridade nas capacidades instaladas por forma a garantir a equidade do acesso a esta resposta social. No seu conjunto, em todas as respostas sociais, a média de idades dos utentes da Instituição situa-se nos 81 anos, à semelhança dos últimos 7 anos. Contudo, se observadas apenas as respostas residenciais, a média é sensivelmente mais alta do que nas respostas sociais de Apoio Domiciliário.

A média de idades dos utentes presentes na Instituição permanece no espectro, para as estruturas residenciais, entre os 80 e os 85 anos, como em anos anteriores, sendo que na análise por género, em todas as respostas sociais, a média de idades é superior no género feminino, situando-se nos 83 anos e no género masculino, situando-se nos 77 anos.

Continua a tendência de os utentes permanecem na Instituição entre 1 a 7 anos, sendo que está estritamente relacionado com seu grau de dependência, e assim, também, à tipologia da ERPI que virá a integrar.



3.3.2 - Serviço de Apoio Domiciliário

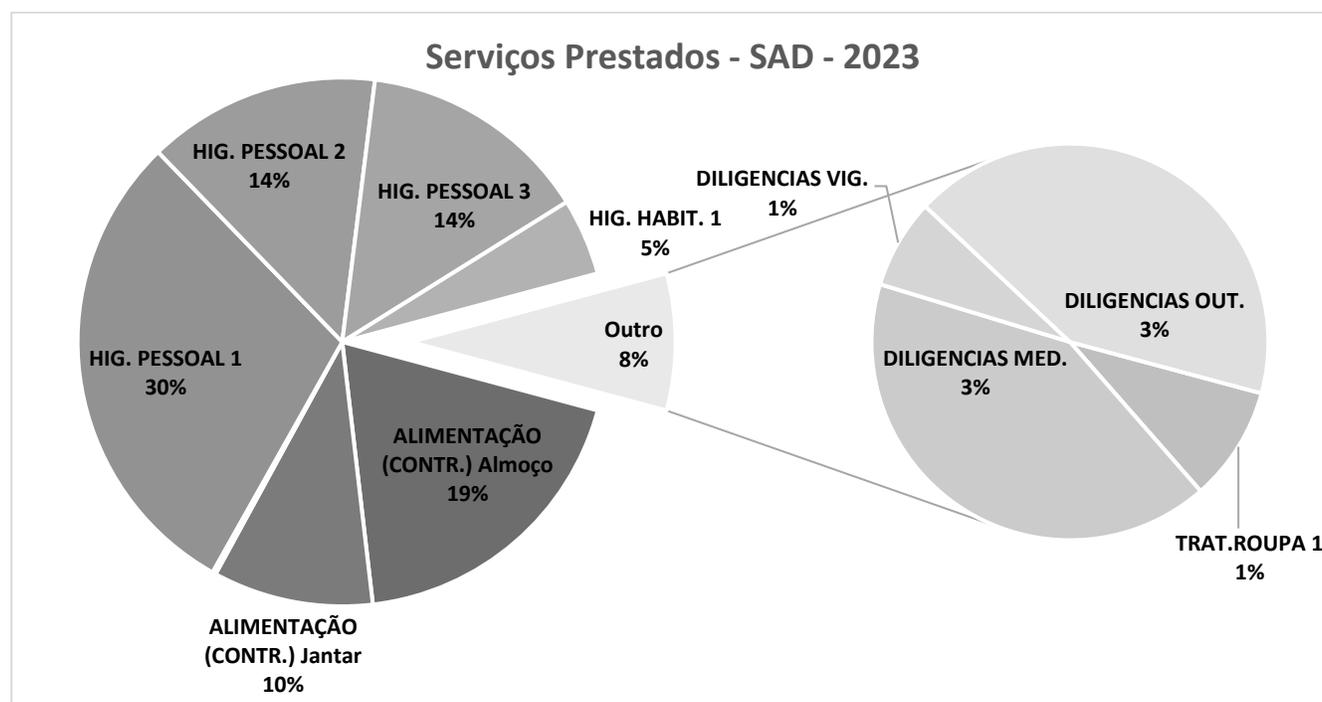
Na SCMS existem 3 serviços de SAD, que abrangem na sua totalidade, cerca de 130 utentes no Concelho de Setúbal. Esta tipologia de resposta social continua a ser muito procurada e, tal como as Estruturas Residenciais, é hoje uma necessidade transversal na sociedade portuguesa.

É uma resposta social que pode ser considerada como alternativa à institucionalização, mas não se resume ou limita apenas a esta motivação. Actualmente os serviços de SAD da Instituição são procurados tanto por familiares, como pelos próprios beneficiários, por forma a manter a autonomia na sua vida diária. No entanto, é também contratado para intervir e colmatar necessidades emergentes, temporárias ou permanentes, que por situação de incapacidade dos agregados familiares, oferece esse complemento, garantindo-lhes a sua estabilidade e qualidade de vida.

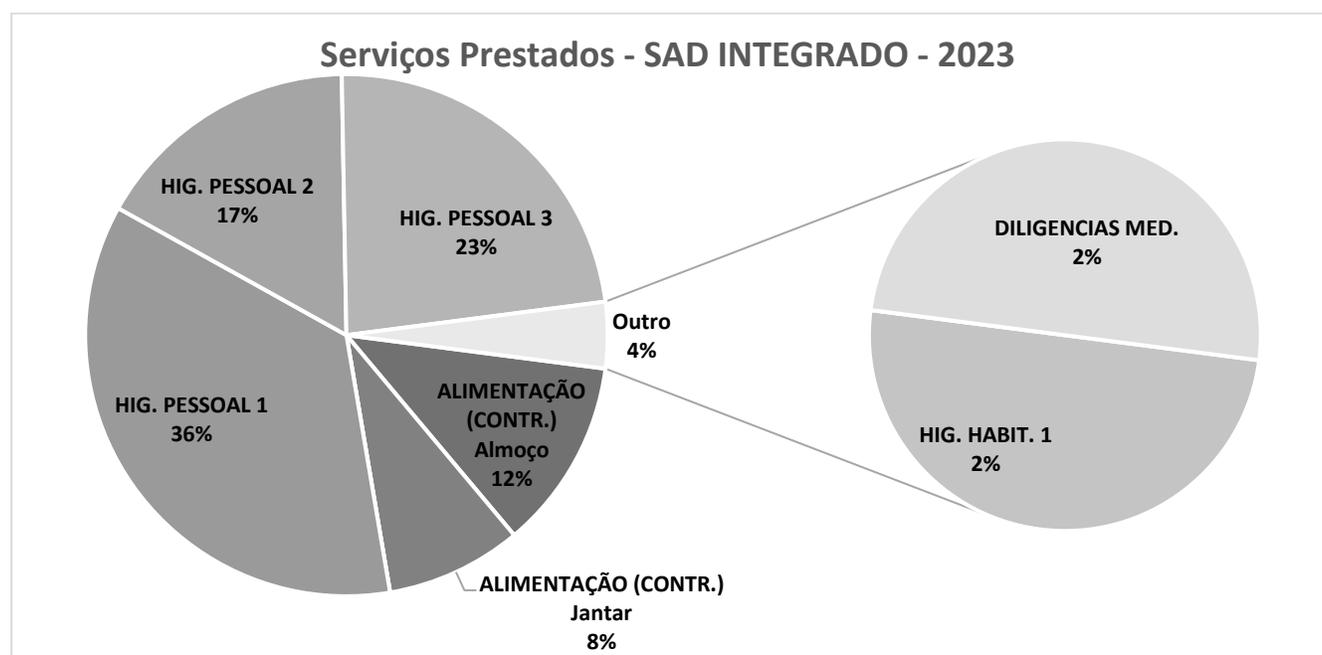


Assim, também não se trata somente de apoiar pessoas cuja situação económica, social ou financeira é frágil, mas igualmente, de complementar um determinado contexto familiar.

Dito de outra forma, estas instituições agem hoje, não só nas situações efectivas de emergência social ou de insuficiências económico-financeiras, mas também, numa acção de complementaridade, na estabilidade de núcleos familiares.

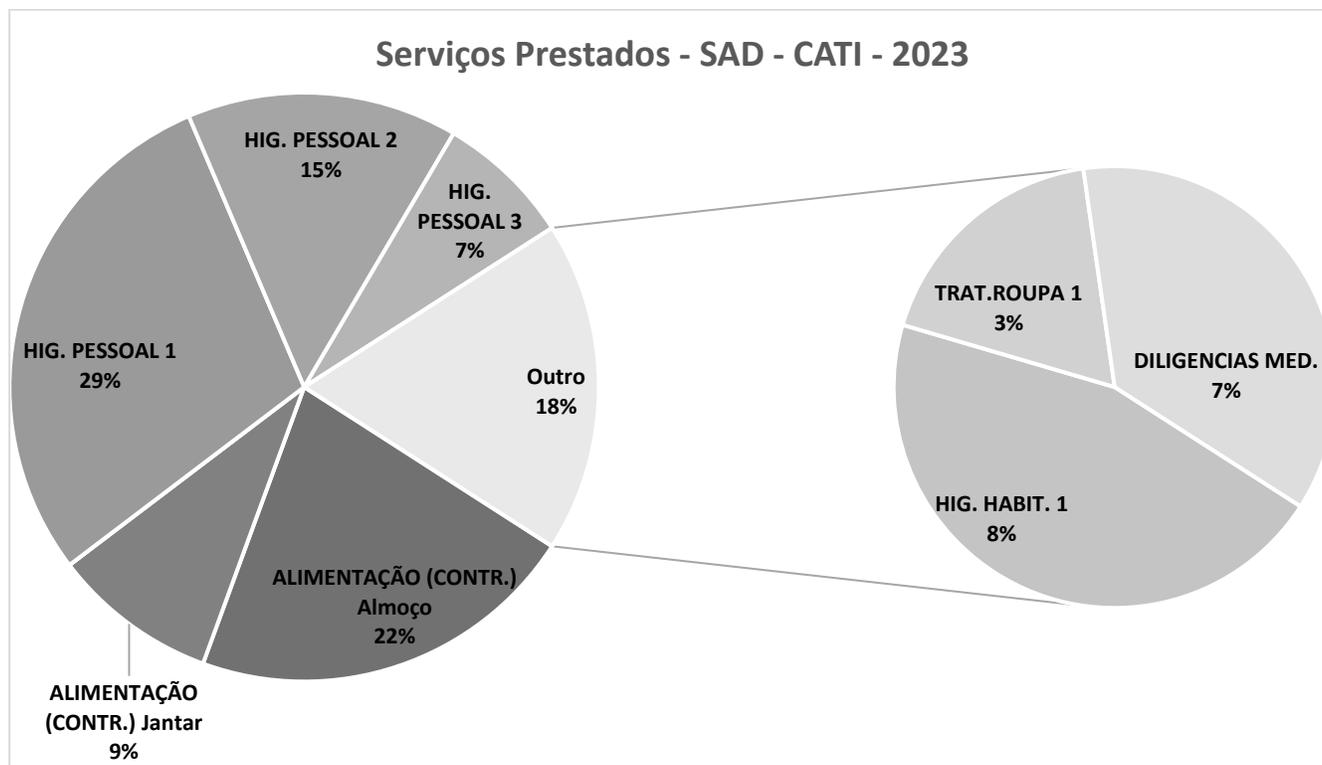


O Serviço de SAD, tem uma capacidade e horário alargados, permitindo apoiar utentes até 6 vezes ao dia, entre serviços de higiene pessoal, entrega de refeições e vigilância, o que contribui para a sua grande procura na Cidade de Setúbal.





O Serviço de SAD Integrado, é um serviço atípico, na medida em que os seus utentes são indicados através de uma equipa mista, da qual a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal faz parte, composta de enfermeiros e técnicos sociais, no âmbito da gestão de altas hospitalares, ou sinalização de utentes nos Centros de Saúde.



O SAD-CATI é um serviço de apoio domiciliário, também com grande procura, mas normalizado em função de amplitude horária.

A média de tempo de permanência dos utentes neste serviço situa-se entre os 2 a 10 anos, indo ao encontro da sua principal missão de evitar a institucionalização ou a separação de agregados familiares, como por exemplo de casais. A média de idades é ligeiramente mais baixa que nas ERPIS, encontrando-se nos 80 anos.

Apresenta uma média de 3 serviços por pessoa no SAD 24h, 2 serviços no SAD Integrado, e 3 serviços no SAD-CATI. O apoio na higiene pessoal e a alimentação são os dois serviços mais solicitados, mantendo-se a tendência no aumento nos serviços de vigilância, de apoio e supervisão na toma da medicação e a higiene habitacional, dado que apresentam maior procura por parte dos agregados familiares que beneficiam também, da prestação deste serviço.

No seu conjunto é possível identificar que o grau de satisfação de utentes e familiares é elevado, tanto quanto à tipologia dos serviços prestados, como quanto às equipas que os executam, traduzindo-se também, em um elevado grau de confiança na Instituição.



3.4 - Serviços Partilhados

Os Serviços Partilhados, continuam o seu processo de capacitação institucional, permitindo à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal ter uma melhor resposta na sua capacidade organizacional.

3.4.1 - Cozinha

O bem-estar e a saúde de todos os utentes e colaboradores têm sido uma aposta da instituição que prima por servir refeições com qualidade nutricional de acordo com os pressupostos da roda dos alimentos, respeitando os princípios da segurança alimentar, o rigor e profissionalismo de todos os colaboradores da cozinha e copas, confeccionando em 2023, 259.446 refeições.

3.4.2 - Lavandaria

A lavandaria é um serviço partilhado da SCMS, opera no âmbito do tratamento de roupa dos clientes/utentes e roupa da instituição.

Fazem parte das atividades diárias deste serviço a recolha de roupa das diversas respostas sociais/serviços, seleção da roupa, marcação, lavagem, engomadoria e em determinadas circunstâncias com a intervenção de costura, voltando ao processo de separação, seleção e entrega da roupa lavada.

O serviço da lavandaria higienizou em 2023 um total de 99.398kg de roupa.

3.4.3 - Frota

Os transportes são um serviço de apoio à instituição, intervém no âmbito das deslocações dos clientes/utentes e funcionários, assim como no transporte de refeições e roupa. Fazem parte das atividades diárias deste serviço 19 viaturas para dar resposta às necessidades.

Durante o ano de 2023, os custos com a manutenção da frota começaram a ser significativos, devido aos anos das mesmas. Assim, demos início ao processo de substituição das viaturas afectas aos serviços operacionais, tendo-se adquirido 3 viaturas na modalidade de renting.

No ano de 2023, a SCMS adquiriu uma viatura nova elétrica para apoio às avaliações sociais, com o apoio da Fundação La Caixa / BPI.



3.4.4 - Sistemas, tecnologias e gestão de informação

No âmbito de tornar a SCMS mais Digital, a Instituição tem investido na renovação tecnológica e na disponibilização de soluções que visam aumentar a produtividade, a colaboração e melhorar a comunicação interna.

As importâncias das tecnologias na atividade diária da SCMS têm vindo gradualmente a impactar de forma positiva e significativa na transformação das principais áreas de atuação. Por outro lado, foi possível constatar que a importância do DIT nesta matéria, permitiu uma elevada estabilização e disponibilização na qualidade de serviço prestada aos utilizadores e clientes finais. Importa ainda sublinhar que nos próximos anos a importância dos aceleradores de inovação serão, sem dúvida, alvo de especial atenção no sentido de manter a dinâmica de transformação digital.

Em 2023, dando continuidade a implementação das novas soluções com vista a informatização da instituição, deu-se início a utilização dos programas, Gestão de Stocks, Qualidade da Terceira Idade e Gestão de Frotas.

Estas soluções vieram substituir as existentes por forma a uniformizarmos a nossa gama de software e ressaltou no seguinte calendário de formação:

TSR - CALENDÁRIO DE FORMAÇÃO	2023	
	N.º de Formandos	N.º de Horas
TSR - Qualidade Terceira Idade	18	7
TSR - Stocks IPSS	15	8
SFleet – Gestão de Frotas	4	2

3.4.5 - Regulamento Geral de Proteção de Dados

O RGPD tem o objetivo de definir o processo de comunicação que capacite e oriente as metodologias, boas práticas e implementação de controlos, para garantir a conformidade, nas seguintes vertentes:

- Segurança Organizacional.
- Gestão de Risco.
- Gestão do Compliance.

Ética e Confidencialidade

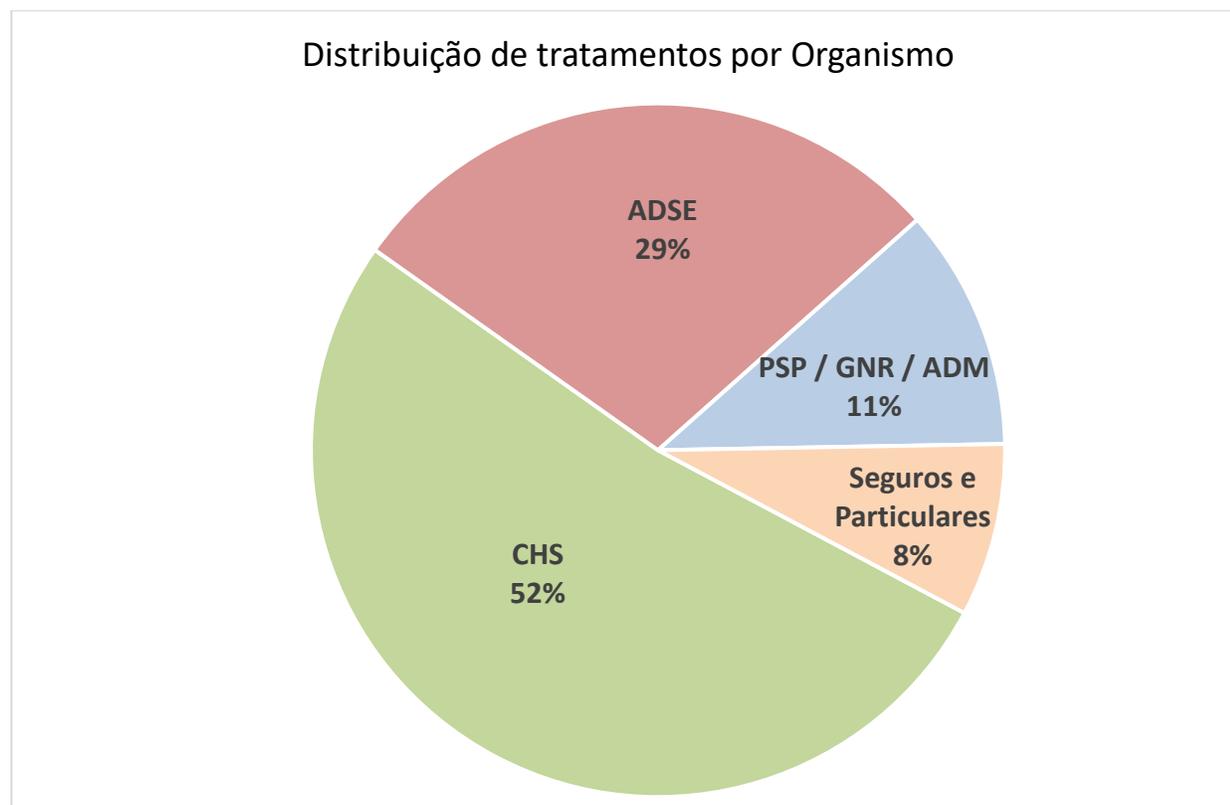
- a) Assegurar o cumprimento dos valores éticos de confidencialidade, por todas as partes envolvidas no processo.
- b) Garantir o respeito pela dignidade de todos os utentes, colaboradores e restantes partes interessadas.
- c) Respeitando essas normas, é possível garantir a plena eficácia e a conformidade desses instrumentos, mesmo em tempos de crise.

3.5 – Saúde – Clínica de Medicina Física e Reabilitação

A Clínica de Saúde da Misericórdia de Setúbal desenvolve a sua actividade em duas grandes áreas, na Medicina Física e Reabilitação onde existe consultas de Fisiatria, Psicologia Clínica e tratamentos de fisioterapia e na área dos cuidados de saúde primários em consultas para utentes sem medico de família.

3.5.1 - Medicina Física e Reabilitação

Todos os protocolos e acordos que anteriormente estavam em vigor, nomeadamente, ADSE, PSP, ADM, GNR, Seguros e Centro Hospitalar, foram mantidos. O protocolo mais significativo no total de consultas e tratamentos efectuados, advém do Centro Hospitalar de Setúbal (Hospital de S. Bernardo e Hospital do Outão). Servindo estes dois grandes núcleos hospitalares, a Clínica da SCMS providencia tratamento a utentes na área da fisioterapia, oferecendo uma célere capacidade de resposta a cerca de 50% dos doentes da especialidade no conjunto do C.H.S. Daqui resulta com assinalável sucesso e agrado dos utentes, uma contribuição significativa para o acesso a cuidados de saúde primários de todos aqueles, que de outra forma não o teriam, com prontidão satisfatória.



No âmbito global, durante o ano de 2023, foram efectuadas 1.324 consultas de fisiatria e foram prestados 85.645 tratamentos, distribuídos pelos vários organismos, como se pode observar no gráfico acima.



3.5.2 – Serviço de Consultas do SNS

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal como executante do Protocolo da UMP com a ARSLVT, desde o ano de 2018, deu continuidade ao apoio à população nas consultas de medicina geral para adultos sem médico de família e viu reforçado esse protocolo, ao passar de 166 horas semanais para 206 horas.

Em 2023 foram efectuadas 10.007 horas, que se traduziu em 120 consultas por dia, que totalizaram 30.021 consultas no ano. Assim, o sucesso do Protocolo foi mais uma vez reconhecido devido ao grau de satisfação dos utentes bem como dos organismos públicos que medeiam a relação de cooperação, designadamente, ACES Arrábida – ARSLVT – SNS.

3.6 - Stakeholders

Pela própria génese da diversidade das atividades desenvolvidas e das inter-relações internas e externas que estabelecemos com os nossos stakeholders (Irmãos, Utentes, Fornecedores, Estado, C.M.S., etc.), na instituição, estamos cientes do nosso contributo para a sociedade e por esta razão, assumimos seriamente as nossas responsabilidades. Por isso, as nossas ações, políticas e decisões são tomadas e monitorizadas com o máximo de atenção, tendo na mais alta consideração os interesses dos nossos stakeholders.

3.7 - Agradecimentos

No balanço de mais um ano de atividade, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, expressar o mais profundo reconhecimento a todos quantos tornaram possíveis os nossos resultados:

- Aos nossos funcionários pelo seu empenho e pela qualidade do trabalho que prestam;
- Aos nossos utentes por nos escolherem;
- Aos nossos Irmãos, pelo seu apoio solidário e participativo na vida da instituição;
- Aos nossos parceiros que nos apoiam na concretização da nossa missão
- Aos nossos fornecedores que também são parceiros e colaboram para a melhoria contínua qualidade dos serviços que prestamos;
- A todas as entidades que nos ajudaram a concretizar os nossos objetivos institucionais.

Por fim, uma palavra de reconhecimento a todas as entidades, com quem a SCMS estabeleceu parcerias e que continuam a depositar confiança nos serviços desta instituição.

3.8 - Linhas relevantes de atuação e objetivos estratégicos

Para 2024, a SCMS identificou como relevante a prossecução dos seguintes objetivos estratégicos:

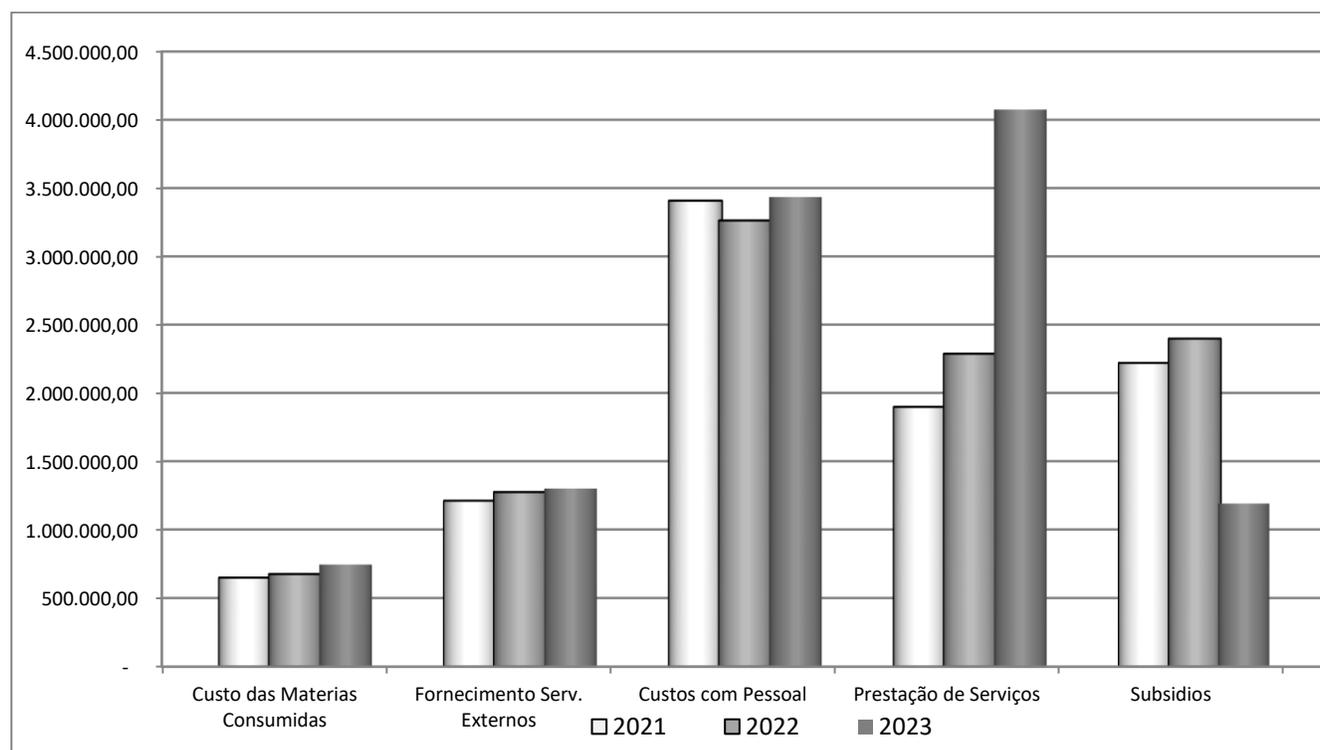
- Investimento na melhoria das tecnologias de informação dando continuidade á digitalização da Instituição.
- Abertura do Lar Acácio Barradas, após o término da obra, previsto para o primeiro semestre de 2024.
- Investimento na requalificação do património imobiliário.



3.9 – Conclusão

Dando continuidade á recuperação, mas mantendo-se a flutuação elevadas ao nível dos preços devido aos acontecimentos geopolíticos a ocorrer no mundo, o custo do utente continua elevado e só pode ser revisto e equilibrados no ano seguinte, pois a actualização dos valores relativo à comparticipação por parte do governo só foi feita no final de 2023 com reflexo no ano de 2024 e a actualização das mensalidades com base no custo de 2023 também só pode ser realizada no início de 2024.

No gráfico abaixo podemos observar a evolução das principais rubricas dos rendimentos e gastos na instituição:



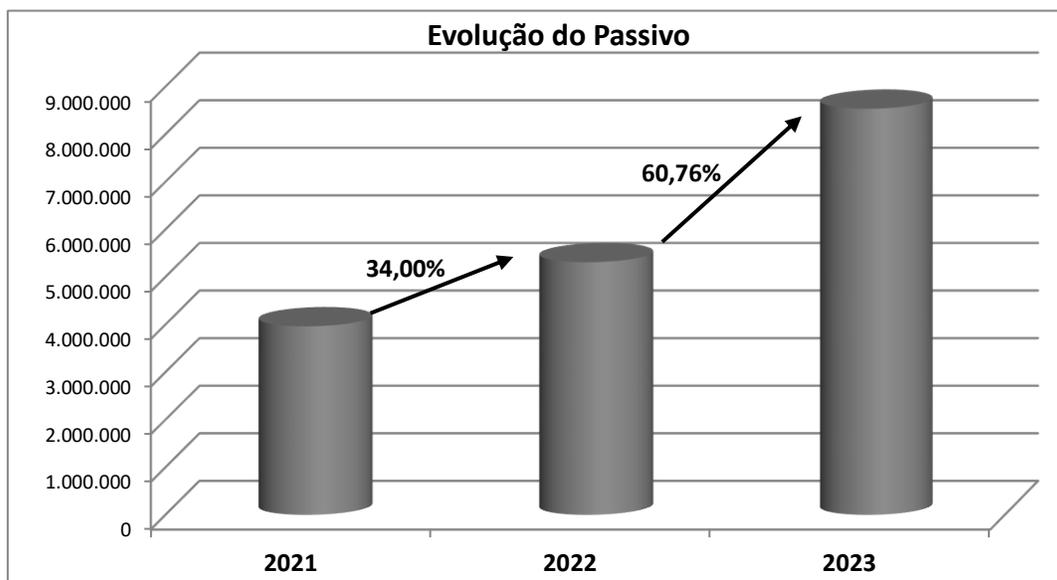
Isolando as duas rubricas de gastos relativas ao funcionamento da instituição, o Custo das Mercadorias Consumidas e o Fornecimento de Serviço Externos, observamos um acréscimo de 4,87% relativo a 2022, mantendo o aumento normal correspondente a inflação que tivemos e a evolução que já tinha existido de 2021 para 2022, 4,83%.

Relativamente a principal rubrica de gastos da instituição, os custos com pessoal, voltou a subir na ordem dos 5,26%.

Quanto aos rendimentos, a diferença que vimos entre a Prestação de Serviços e os Subsídios, decorre do novo reconhecimento dos acordos típicos provenientes do estado. Ao compararmos as duas rubricas em 2023 com 2022, houve um acréscimo de 12,38%.



A evolução do passivo em 2023 na ordem dos 60,76% deve-se essencialmente ao reconhecimento da ultima fase da reabilitação e ampliação do Lar Acácio Barradas, investimento este que tem estado refletido nas nossas contas nos últimos 3 anos.





Relativamente a evolução do resultado líquido do exercício nos últimos 3 anos:

	2023	2022	2021
Resultado Líquido do Exercício	5.075,49	-483.207,87	-1.229.162,86
Cash Flow (1)	180.176,66	-298.463,24	-1.018.231,50
EBDITA (2)	272.347,49	-249.400,08	-998.136,22

(1) – Cash Flow = Resultado Líquido Exerc. + Depreciações + Imparidades e Provisões - Resultado Gesmiseris

(2) – EBDITA = Resultado Líquido Exercício + Depreciações e Amortizações + Juros + Impostos

Para o Resultado Líquido apurado no exercício de 5.075,49€ euros propõe-se a transferência para Resultados Transitados.

Setúbal, 07 de Março de 2024

Pela Mesa Administrativa

(Provedor)



4 – BALANÇO

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2023	2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	13.756.237,74	11.608.975,57
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	168.357,06	171.600,72
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		13.924.594,80	11.780.576,29
Ativo corrente			
Inventários	6	19.937,28	21.507,64
Clientes	7	17.378,43	13.272,59
Créditos a receber	10	365.106,40	352.439,57
Estado e outros Entes Públicos	8	16.814,72	20.235,92
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	9	74.243,57	78.132,57
Diferimentos	11	7.453,66	6.047,49
Caixa e depósitos bancários	12	1.131.279,92	83.113,23
Subtotal		1.632.213,98	574.749,01
Total do Ativo		15.556.808,78	12.355.325,30
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	2.567.991,77	2.567.991,77
Excedentes técnicos			
Resultados transitados	13	(7.163.913,56)	(6.680.705,69)
Excedentes de revalorização	13	9.601.669,57	9.601.669,57
Ajustamentos / Outras Variações Capitais Próprios / Fundos patrimoniais	13	2.010.966,99	2.040.267,54
Subtotal		7.016.714,77	7.529.223,19
Resultado Líquido do período	13	5.075,49	(483.207,87)
Total dos fundos Patrimoniais		7.021.790,26	7.046.015,32
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	4.859,00	4.859,00
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	15	3.587.894,55	2.152.427,69
Outras dividas a pagar			
Subtotal		3.592.753,55	2.157.286,69
Passivo corrente			
Fornecedores	16	604.396,65	734.936,18
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	8	150.580,93	138.268,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	15	595.828,27	557.187,51
Diferimentos	11	50.662,56	166.387,62
Outras dividas a pagar	17	3.540.796,56	1.555.243,93
Diferimentos			
Outras Passivos Correntes			
Outros passivos financeiros			
Subtotal		4.942.264,97	3.152.023,29
Total do passivo		8.535.018,52	5.309.309,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		15.556.808,78	12.355.325,30



5 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS a 31 de DEZEMBRO 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	18	4.074.560,71	2.286.936,82
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1.189.249,69	2.396.975,62
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias ,associadas e emp. Conj.	5	1.565,28	4.236,99
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(744.527,47)	(674.980,09)
Fornecimentos e serviços externos	21	(1.299.113,34)	(1.273.689,93)
Gastos com o pessoal	22	(3.434.036,31)	(3.262.554,99)
Imparidade de Dividas a Receber (perdas/reversões)	23	3.000,00	3.000,00
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Outros rendimentos	24	518.209,56	411.380,60
Outros gastos	25	(36.560,63)	(140.705,10)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		272.347,49	(249.400,08)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	(179.666,45)	(191.981,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		92.681,04	(441.381,70)
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	27	(87.605,55)	(41.826,17)
Resultados antes de impostos		5.075,49	(483.207,87)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		5.075,49	(483.207,87)



6 - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (montantes expressos em euros)			
SCMS		NIPC 500.731.187	
RÚBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2023	31/12/2022
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 906 836,00	2 224 776,54
Recebimentos de associados		3 889,00	11 391,50
Recebimentos de subsídios		2 561 014,00	2 520 448,23
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-2 034 622,69	-1 866 393,15
Pagamentos ao pessoal		-3 417 775,94	-3 084 045,93
Caixa geradora pelas operações		-980 659,63	-193 822,81
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		726 320,22	52 500,60
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-254 339,41	-141 322,21
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis		-1 643 043,09	-780 561,92
Ativos intangíveis			-47 198,66
Investimentos financeiros			-5 000,00
Outros ativos		-4 356,10	-13 715,88
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis		529 000,00	435 000,00
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		8 925,92	11 278,99
Subsídios ao investimento		1 033 986,12	
Juros e rendimentos similares			115,60
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-75 487,15	-400 081,87
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos		2 483 303,00	839 331,62
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos		-1 009 147,00	-199 974,93
Juros e gastos similares		-96 162,75	-41 826,17
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		1 377 993,25	597 530,52
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 048 166,69	56 126,44
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (a)	11	83 113,23	26 986,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período (b)	11	1 131 279,92	83 113,23

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras



7 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2023

(Montantes expressos em euros)

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 01-01-2023	6	2.567.991,77	-6.680.705,69	9.601.669,57	2.040.267,54	-483.207,87	7.046.015,32	7.046.015,32
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00	0,00
Imputação no exercício do subsídio ao investimento					-29.300,55		-29.300,55	-29.300,55
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.							0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.							0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-483.207,87			483.207,87	0,00	0,00
							0,00	0,00
	7	0,00	-483.207,87	0,00	-29.300,55	483.207,87	-29.300,55	-29.300,55
Resultado líquido do período	8					5.075,49	5.075,49	5.075,49
Resultado extensivo	9=7+8					488.283,36	-24.225,06	-24.225,06
Operações com instituidores no período								
Fundos							0,00	0,00
Subsídios, doações e legados							0,00	0,00
Distribuições							0,00	0,00
Outras operações							0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 31-12-2023	6+7+8+10	2.567.991,77	-7.163.913,56	9.601.669,57	2.010.966,99	5.075,49	7.021.790,26	7.021.790,26

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais


DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
NO PERÍODO FINDO EM 31-12-2022
(Montantes expressos em euros)
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 01-01-2022	6	2.567.991,77	-5.451.542,83	9.601.669,57	2.069.568,09	-1.229.182,86	7.558.523,74	7.558.523,74
Alterações no período:								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico							0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas							0,00	0,00
Imputação no exercício do subsídio ao investimento					-29.300,55		-29.300,55	-29.300,55
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e propriedades de investim.							0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tang. e propriedades de investim. e respetivas var.							0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos							0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			-1.229.162,86			1.229.182,86	20,00	20,00
	7	0,00	-1.229.162,86	0,00	-29.300,55	1.229.182,86	-29.280,55	-29.300,55
Resultado líquido do período	8					-483.207,87	-483.207,87	-483.207,87
Resultado extensivo	9=7+8					745.974,99	-512.488,42	-512.508,42
Operações com instituidores no período								
Fundos							0,00	0,00
Subsídios, doações e legados							0,00	0,00
Distribuições								
Outras operações							0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 31-12-2022	6+7+8+10	2.567.991,77	-6.680.705,69	9.601.669,57	2.040.267,54	-483.207,87	7.046.035,32	7.046.015,32

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações nos fundos patrimoniais



8 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(montantes expressos em euros)

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal – S.C.M.S., com sede na Rua Acácio Barradas Nº 2 em Setúbal, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social constituída por despacho publicado no Diário da República II Serie de 20/05/83, registada na Segurança Social aprovado pela portaria Nº778/83 de 23 de julho na Direção Geral da Segurança Social, no livro I das irmandades da Misericórdia sob o Nº 13/84, a folhas 166 verso e 167, em 06/06/84.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal é uma associação de fiel constituída na ordem jurídica canónica, com o objectivo de satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, salvaguardando os seus valores culturais e históricos, tem como missão promover o desenvolvimento de respostas sociais direccionadas para a Terceira Idade e Religião, privilegiando os grupos mais vulneráveis e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, é uma entidade de economia social, sujeita aos princípios básicos da Lei Nº 30/2013, de 8 de maio, tem personalidade jurídica civil, estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, sujeita ao disposto no Decreto Lei Nº 119/83, de 25 de Fevereiro, na sua redação actual, e natureza de Pessoa de Utilidade Pública, de acordo com o disposto na Lei Nº 36/2021, de 14 de Junho.

Na sequência da revisão do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, aprovada pela Assembleia Geral, em 26/11/2021, e homologada pelo Vigário-Geral da Diocese de Setúbal, com poderes delegados para o efeito, em 01/03/2022, a Mesa Administrativa aprovou, nas suas reuniões de 10/03 e 12/05/2022, os seguintes documentos:

- a) Atribuição de funções a membros efetivos da Mesa Administrativa;
- b) Constituição da Comissão Executiva;
- c) Distribuição de responsabilidades de administração;
- d) Organização da S.C.M.S.

Em 2015 concluiu-se o processo de avaliação dos imóveis, tendo do mesmo resultado um incremento nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento num total de 1.65 M euros e a incorporação nos ativos de um conjunto de imóveis anteriormente doados ou herdados pela Santa casa da Misericórdia de Setúbal cujo registo processual só ficou concluído nesse ano, originando um acréscimo de 0,96 M Euros. A Mesa entende que os valores de referência aí apurados continuam adequados face à realidade presente do mercado imobiliário.

Relativamente aos bens do património histórico, artístico e cultural, não foi ainda possível concluir a sua própria inventariação com vista à determinação do respectivo valor associado, pelo que o balanço apresentado não integra qualquer valor desta natureza.



2 - COMPARABILIDADE E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras da S.C.M.S. – Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, foram preparadas de acordo com o normativo contabilístico aplicado às entidades do sector não lucrativo SNC-ESNL, efectivas para o período iniciado em 1 de Janeiro de 2016, conforme alterações normativas constantes do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (“EC”), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) consignadas no aviso 82594/2015 de 29 de Julho de 2015. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “NCRF-ESNL”.

A aplicação do normativo actualmente em vigor nas contas referentes ao ano de 2016 não provocou qualquer alteração nos valores comparativos apresentados, tendo sido apenas ajustadas as designações de algumas rubricas que integram o balanço e a demonstração de resultados.

2.2 – Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 – Regime do acréscimo

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4 – Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5 – Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6 – Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7 – Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.8 – Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-ESNL.



2.9 – Comparabilidade das demonstrações Financeiras

Decorrente da interpretação dada pela Circular 93/2023, de 10/11/2023, da União das Misericórdias Portuguesas, a qual solicitou um Parecer Técnico à (CNC) Comissão de Normalização Contabilística, sobre a contabilização das participações financeiras resultantes dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o Estado.

Desta forma, se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequência dos utentes, e for atribuído como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (contratos típicos), estamos perante uma prestação de serviço.

Se o pagamento da participação mensal por parte do Estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequência dos utentes, sendo atribuído tendo em vista suportar os custos de funcionamento (contratos atípicos), estamos perante um subsídio à exploração.

Aplicando a circular acima referida, decorrente do parecer da (CNC) e, atendendo a que os montantes recebidos estão dependentes da frequência dos utentes, neste exercício, os montantes recebidos pela Segurança Social, foram reconhecidos como Prestações de Serviços, razão pela qual as contas de resultados não são comparáveis nas linhas dos subsídios operacionais recebidos assim como as prestações de serviços.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas tendo por base o modelo do custo, com exceção de algumas situações específicas desta entidade tais como bens do ativo atribuídos a título gratuito e inventários a serem oferecidos no âmbito da atividade da ESNL.

3.2 – Rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços, constituído por participações dos utentes sob a forma de mensalidades, calculado por avaliação técnica e de acordo com a situação socio-económica das famílias em regime proporcional, por quotas dos associados, rendas provenientes da exploração económica do património imobiliário, registadas em função da sua emissão, e receitas associadas aos Ativos Fixos Tangíveis Operacionais.

Atendendo à atividade desenvolvida o rédito inclui ainda os montantes recebidos da Segurança Social a título de participações no custo dos utentes.

3.3 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Durante a fase de construção os juros suportados relacionados com os investimentos em curso são capitalizados.

Os bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados, ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade.



As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 – 8
Equipamento de transporte	4 – 6
Equipamento administrativo	3 - 5
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação

3.4 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações e seguros, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bens	Anos
Edifícios e outras construções	8 - 30

3.5 – Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais se detêm uma influência significativa ou onde se exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais, são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação detida nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.



É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Instituição nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando se tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação.

3.6 – Créditos a receber

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

3.7 – Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

3.8 – Fornecedores e outros passivos correntes

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9 – Subsídios, doações e legados á exploração

Os subsídios á exploração relacionados com rendimentos são imputados ao resultado do período, salvo se destinarem a financiar gastos e despesas a incorrer em exercícios futuros, em que se difere o montante recebido até ao momento em que ocorre o gasto.

Os subsídios do governo e outras entidades, não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais. Subsequentemente, para os ativos depreciables, são reconhecidos como rendimentos à medida que ocorrem as suas depreciações.

Relativamente aos subsídios para ativos não depreciables (Terrenos), são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

3.10- Imparidade dos ativos

À data de cada relato, e sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciables.



3.11–Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e análises de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.



4- ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31.12.2023 e em 31.12.2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

4.1 - Ativos Fixos Tangíveis 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.434.839,65	-	(1.293,60)	-	-	3.433.546,05
Equipamento básico	1.381.377,87	55.093,91	-	-	-	1.436.471,78
Equipamento de transporte	271.197,41	7.890,00	-	-	-	279.087,41
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	383.105,15	-	-	-	-	383.105,15
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos Fixos Tang. em Curso	1.781.216,32	2.433.453,11	-	-	-	4.214.669,43
Total	10.732.576,95	2.496.437,02	(1.293,60)	-	-	13.227.720,37
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.599.762,82	70.592,77	-	-	-	1.670.355,59
Equipamento básico	1.254.178,18	31.810,15	-	-	-	1.285.988,33
Equipamento de transporte	257.208,26	8.878,06	-	-	-	266.086,32
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	380.191,46	2.166,78	-	-	-	382.358,24
Ativos Fixos Tang. em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.491.340,72	113.447,76	-	-	-	3.604.788,48
					VALOR LIQUIDO	9.622.931,89



Ativos Fixos Tangíveis - Propriedades de Investimento 2023

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Edifícios e outras construções	4.974.230,14	-	(258.792,00)	-	-	4.715.438,14
Total	4.974.230,14	-	(258.792,00)	-	-	4.715.438,14
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	606.490,80	66.218,69	(90.577,20)	-	-	582.132,29
Total Depre. Acum	606.490,80	66.218,69	(90.577,20)	-	-	582.132,29
VALOR LIQUIDO Prop Inv.						4.133.305,85
VALOR LIQUIDO dos A.F.T.						13.756.237,74

Os aumentos existentes referem-se a compra de imobilizado para as valências da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal que ocorreram no ano de 2023, tendo sido o aumento mais significativo na rubrica Ativos Fixos Tangíveis em Curso, que é o reflexo da obra de requalificação do Lar Acácio Barradas.

Relativamente a diminuição mais significativa ocorrida em 2023, foi na rubrica dos edifícios e outras construções e deve-se a venda de património.



4.2 - Ativos Fixos Tangíveis 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.480.840,55	-	-	-	-	3.480.840,55
Edifícios e outras construções	3.434.839,65	-	-	-	-	3.434.839,65
Equipamento básico	1.365.270,04	16.107,83	-	-	-	1.381.377,87
Equipamento de transporte	257.030,18	14.167,23	-	-	-	271.197,41
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	381.775,60	1.329,55	-	-	-	383.105,15
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Ativos Fixos Tang. em Curso	512.372,07	1.268.844,25	-	-	-	1.781.216,32
Total	9.432.128,09	1.300.448,86	-	-	-	10.732.576,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.520.462,60	79.300,22	-	-	-	1.599.762,82
Equipamento básico	1.226.228,38	27.949,80	-	-	-	1.254.178,18
Equipamento de transporte	249.181,45	8.026,81	-	-	-	257.208,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	376.175,16	4.016,30	-	-	-	380.191,46
Ativos Fixos Tang. em Curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.372.047,59	119.293,13	-	-	-	3.491.340,72
VALOR LÍQUIDO						7.241.236,23



Ativos Fixos Tangíveis - Propriedades de Investimento 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates/Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Edifícios e outras construções	5.373.636,94	2.029,50	(401.436,30)	-	-	4.974.230,14
Total	5.373.636,94	2.029,50	(401.436,30)	-	-	4.974.230,14
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	590.092,31	72.688,49	(52.290,00)	-	-	606.490,80
Total Depre. Acum	590.092,31	72.688,49	(52.290,00)	-	-	606.490,80
VALOR LÍQUIDO Prop Inv.						4.367.739,34
VALOR LÍQUIDO dos A.F.T.						11.608.975,57

Os aumentos existentes referem-se a compra de imobilizado e obras de requalificação das valências da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal que ocorreram no ano de 2022.

O aumento mais significativo em 2022 está na rubrica Ativos Fixos Tangíveis em Curso é o reflexo da obra de requalificação do Lar Acácio Barradas.

Relativamente a diminuição mais significativa ocorrida em 2022, foi na rubrica dos edifícios e outras construções e deve-se a venda de património.



4.3 Património Artístico e Cultural

Os bens não depreciables que constituem o património artístico e cultural, encontram-se em processo de valorização, para posterior registo nas contas da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal. Desse conjunto de bens fazem parte 583 peças já inventariadas, pertencentes a diversas categorias:

Arquitetura	4
Cerâmica	17
Desenho	6
Epigrafia	4
Equipamentos e Utensílios	23
Escultura	112
Espólio Documental	1
Fotografia	37
Gravura	9
Joalheria	13
Meios de Transporte	1
Metais	24
Mobiliário	50
Ourivesaria	54
Pintura	100
Têxteis	8
Vidros	4

5 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31.12.2023 e 31.12.2022, o saldo da rubrica é conforme se segue:

<i>Descrição</i>	2023	2022
<i>Investimentos em Subsidiárias</i>	127.589,80	126.024,52
<i>Investimentos em outras Empresas</i>	5.000,00	5.000,00
<i>Fundo Compensação Trabalho</i>	35.767,26	40.576,20
Total	168.357,06	171.600,72

Participações Financeiras

A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal detém à data de 31 de Dezembro de 2023 a seguinte participação:

<i>Denominação</i>	%	Capital próprio	Resultado líquido	Valor da Participação
<i>Gesmiseris - Unipessoal, Lda</i>	100	127.589,80	1.565,28	127.589,80



O movimento ocorrido durante o ano de 2023 foi o seguinte:

Descrição	Valor
Saldo inicial a 01/01/2023	126.024,52
Ganhos imputados de subsidiárias	1.565,28
Saldo final a 31/12/2023	127.589,80

Em 31 de Dezembro de 2023, a empresa apresentava os seguintes saldos e transações com a empresa participada:

Transações	2023	2022
Rendas Recebidas	11.200,00	12.000,00
Compras Efectuadas	133.587,48	128.183,30

Saldos	2023	2022
Contas a Pagar	198.468,73	215.932,59
Contas a Receber	0,00	0,00

6 – INVENTÁRIOS

Desta rubrica fazem parte diversos materiais utilizados para a higiene, tratamento e bem-estar dos utentes e da cozinha, que totalizam em 31.12.2023 e 31.12.2022 respetivamente as quantias de 19.937,28 euros e 21.507,64 euros.

7 – CLIENTES

A rubrica Clientes, no montante de 17.378,43 euros refere-se a dívida líquida de imparidades dos utentes dos lares. O montante total da imparidade ascende a 4.695,18€.

8- ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31.12.2023 e em 31.12.2022, o saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” é conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Ativo		
IVA a Recuperar	16.814,72	20.235,92
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	16.814,72	20.235,92
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	23.611,88	23.925,76
Segurança Social	126.969,05	113.283,04
Outros Tributações	-	1.059,25
Total	150.580,93	138.268,05



9- Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros

Em 31.12.2023 e em 31.12.2022 os saldos em aberto relativo aos associados eram como segue:

Descrição	2023			2022		
	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Liquida	Quantia Bruta	Perdas Imparidade	Quantia Liquida
Associados						
Associados C/C	76.191,97	(1.948,40)	74.243,57	80.080,97	(1.948,40)	78.132,57
Associados Cob. Duv.	137.152,25	(137.152,25)	-	137.152,25	(137.152,25)	-
	213.344,22	(139.100,65)	74.243,57	217.233,22	(139.100,65)	78.132,57

10- CRÉDITOS A RECEBER

A Rubrica Créditos a receber desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	774,83	4.177,99
Devedores por acréscimos de rendimentos	25.182,47	24.170,49
Subsistemas	63.313,06	77.130,37
Utentes	313.239,50	296.477,83
Inquilinos	30.458,00	24.106,00
Outros Devedores	23.241,37	20.479,72
Perdas por Imparidade	(91.102,83)	(94.102,83)
Total Créditos a Receber	365.106,40	352.439,57

11- DIFERIMENTOS

Em 31.12.2023 e em 31.12.2022 as rubricas do ativo corrente apresentavam a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Juros	-	-
Seguros	7.005,63	6.047,49
Contratos Assistência	448,03	-
Total	7.453,66	6.047,49
Rendimentos a Reconhecer		
ISS Acordos de Cooperação	50.662,56	166.387,62
Total	50.662,56	166.387,62



O valor dos Gastos a Reconhecer na conta de diferimentos à data de 31/12/2023 refere-se, essencialmente aos seguros cujas coberturas respeitam ao ano de 2024 e que o seu pagamento foi realizado em 2023.

Relativamente aos Rendimentos a Reconhecer, corresponde ao adiantamento que a Segurança Social realizou em Dezembro de aumentos que iram decorrer em 2024 decorrentes dos acordos de cooperação.

12 – CAIXA E DEPOSITOS BANCARIOS

Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a rubrica Caixa e Depósitos Bancários decompõe-se como se segue:

Descrição	2023	2022
Saldos Activos		
Caixa	11.411,19	8.852,78
Depósitos à Ordem	1.119.849,45	74.241,17
Outros Depósitos Bancários	19,28	19,28
Sub-Total	1.131.279,92	83.113,23
Saldos Passivos		
Depósitos à Ordem	0,00	0,00
Total	1.131.279,92	83.113,23
Varição Saldos Caixa	1.048.166,69	56.126,44

O valor em depósitos a ordem em 2023 deve-se a transferência de parte do empréstimo para a remodelação do Lar Acácio Barradas que foi feito no último dia do ano para pagamento de facturas realizado no início de 2024 (Fornecedores de Investimento).

13- FUNDOS PATRIMONIAIS

As variações ocorridas nos Fundos Patrimoniais foram as seguintes:

Descrição	01-01-2023	Aumentos	Diminuições	Transferencias entre contas	31-12-2023
Fundos	2.567.991,77	-	-	-	2.567.991,77
Resultados transitados	(6.680.705,69)	(483.207,87)	-	-	(7.163.913,56)
Excedentes de revalorização	9.601.669,57	-	-	-	9.601.669,57
Ajustam./Outras Variações CP / Fundos Patri.					
Doações e Similares	1.504.060,35	-	-	-	1.504.060,35
Subsídios ao Investimento	615.311,65	-	(29.300,55)	-	586.011,10
Outros	(79.104,46)	-	-	-	(79.104,46)
Total Ajust./OVCP / FP	2.040.267,54	-	(29.300,55)	-	2.010.966,99
Resultado Líquido do Período	(483.207,87)	5.075,49	(483.207,87)	-	5.075,49
Total	7.046.015,32	(478.132,38)	(512.508,42)	0,00	7.021.790,26

O aumento ocorrido na rubrica de resultados transitados reflete a aplicação do resultado de 2022 no montante de (483.207,87) euros.



14 - PROVISÕES

Em 31.12.2023 e 31.12.2022, o saldo da rubrica “Provisões” é conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Processos Judiciais em Curso	4.859,00	4.859,00
Outras Provisões	0,00	0,00
Total	4.859,00	4.859,00

A provisão para processos judiciais e curso diz respeito a processos a decorrer relativos a Acidentes de Trabalho.

15- FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31.12.2023 e em 31.12.2022, o saldo da rubrica “Financiamentos Obtidos” é conforme se segue:

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	585.811,43	3.583.870,48	4.169.681,91	535.762,19	2.138.221,83	2.673.984,02
Locações Financeiras	10.016,84	4.024,07	14.040,91	21.425,32	14.205,86	35.631,18
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Total	595.828,27	3.587.894,55	4.183.722,82	557.187,51	2.152.427,69	2.709.615,20

Garantias prestadas

À data de 31 de Dezembro as garantias existentes são como segue:

- Millennium BCP – 54.377€ - emitida a favor Câmara Municipal de Setúbal para garantia obras a realizar na Quinta dos Comediantes
- Caixa Geral Depósitos – 2.500€ - Aval prestado no âmbito da garantia bancária da Gesmiséris, Unip., Lda. a favor do departamento jogos da Santa Casa da Misericórdia Lisboa
- Santander – 280.000,00€ - Garantia ao abrigo do empréstimo mútuo protocolado

16- FORNECEDORES

A rubrica de Fornecedores nos exercícios findos em 31.12.2023 e em 31.12.2022 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	517.896,65	619.191,30
Fornecedores títulos a pagar	86.500,00	115.744,88
Total	604.396,65	734.936,18



17- OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

A Rubrica Outras dividas a pagar desdobra-se pelas seguintes sub-contas:

Descrição	2023	2022
Pessoal	6.180,78	7.037,02
Fornecedores de Investimentos	1.563.035,30	648.369,59
Credores por acréscimos de gastos	511.253,95	500.929,29
Utentes	347.488,02	323.688,01
Ossários	6.585,00	7.585,00
Outros credores	1.106.253,51	67.635,02
Total	3.540.796,56	1.555.243,93

O aumento na rubrica Fornecedores de Investimento de 2022 para 2023 resulta do reconhecimento do encargo à empresa de construção para a requalificação e ampliação do Lar Acácio Barradas.

O montante registado em “Credores por acréscimo de gastos” diz respeito, essencialmente, à estimativa de remunerações a liquidar ao pessoal.

Na rubrica “Outros Credores” está um valor de 1.033.986,12 euros referente à verba que já recebemos do Pares 3.0 que após o recebimento total passará para a conta de Capital, sub conta de Subsídios.

18- SERVIÇOS PRESTADOS

As prestações de Serviços a 31.12.2023 e em 31.12.2022 detalhavam-se conforme se segue:

Descrição	2023	2022
Comparticipação de Utentes:		
Lares de Idosos	1.580.554,46	1.486.157,86
Apoio Domiciliário	154.238,99	126.362,35
CAID - Utentes Particulares	73.070,00	52.530,00
CATI - SAD	56.452,30	46.216,51
Acordo ERPI AB	186.967,37	0,00
Acordo ERPI PB	635.281,98	0,00
Acordo ERPI CATI	558.092,64	0,00
Acordo SAD CATI	166.661,90	0,00
Total de Mensalidades de Utentes	3.411.319,64	1.711.266,72
Quotizações e joias	14.713,00	11.391,50
Total de Quotizações e Joias	14.713,00	11.391,50
Serviços Secundários:		
Reabilitação	236.542,05	222.526,21
Meios Complementares	1.053,48	767,96
CATI - Cantina Social	32.315,00	19.075,00
Consultas Medicina Familiar	270.189,00	224.235,00
Outros	108.428,54	97.674,43
Total de Serviços Secundários	648.528,07	564.278,60
Total de Prestação de Serviços	4.074.560,71	2.286.936,82



A 31 de Outubro de 2023 a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) emitiu um parecer sobre a correcta contabilização das participações financeiras resultante dos acordos de cooperação celebrados entre as instituições e o estado, solicitado pela União das Misericórdias Portuguesas.

Este parecer refere que os pagamentos das participações por parte do estado referente aos acordos típicos devem ser considerados como pagamento da mensalidade devida pelo utente e dessa forma estamos perante uma prestação de serviços.

19- SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O valor presente nesta rubrica refere-se ao recebimento do subsídio da Segurança Social correspondente às várias valências asseguradas pela Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, bem como outros apoios recebidos de apoio à economia nos anos de 2023 e 2022.

	2023	2022
Lar Dr. Paula Borba	-	569.440,04
Lar Acácio Barradas	-	158.361,29
Centro Apoio Idosos Dependentes	586.818,19	517.724,98
Apoio Domiciliário	524.355,79	424.686,69
CATI	-	657.888,61
Apoio PME Inovação	-	19.208,00
IEFP	7.035,84	-
Outros Subsídios	11.525,00	5.950,00
Donativos	59.514,87	43.716,01
Total	1.189.249,69	2.396.975,62

A maior alteração nesta nota é referente, ao já explicado na nota anterior, sobre o reconhecimento da participação recebida pelo estado referente aos utentes.

Na rubrica Donativos, estão refletidos os donativos recebidos (Numerário, Espécie e Anónimos), sendo que os donativos em espécie correspondem a 57.745€ em 2023 e 42.915€ em 2022.

20 - CUSTO DOS MATERIAIS CONSUMIDOS

Descrição	2023				2022
	Inventário 01/01/23	Compras	Inventário 31/12/23	Consumo do Ano	Consumo do Ano
Mat. Clínico, Medicam. e Fraldas	8.458,38	195.574,06	12.041,08	191.991,36	201.992,14
Consumíveis Refeitório	6.256,91	452.690,83	0,00	458.947,74	388.613,44
Material Limpeza e Outros	6.792,35	94.692,22	7.896,20	93.588,37	84.374,51
Total	21.507,64	742.957,11	19.937,28	744.527,47	674.980,09



21- FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimento e Serviços Externos nos exercícios findos em 31.12.2023 e em 31.12.2022 é detalhada conforme se segue:

Descrição	2023	2022
621 - Subcontratos	-	-
622 - Serviços especializados		
. Trabalhos Especializados	37.011,42	37.024,71
. Publicidade e propaganda	6.555,90	3.497,63
. Vigilância e segurança	-	23.247,00
. Honorários	693.603,39	629.464,54
. Comissões	26.026,80	103,50
. Conservação e reparação	51.764,91	30.741,87
. Serviços Bancários	35.898,41	36.125,83
623 - Materiais		
. Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	1.049,74	-
. Material de Escritório	15.674,33	16.103,48
. Outros	4.094,35	-
624 - Energia e fluidos		
. Eletricidade	65.114,87	117.041,04
. Combustíveis	168.629,87	189.101,41
. Água	62.402,32	53.063,25
625 - Deslocações, estadas e transportes	17,98	330,15
626 - Serviços Diversos		
. Rendas e alugueres	9.605,12	7.200,00
. Comunicação	50.712,95	46.412,24
. Seguros	24.415,10	20.067,19
. Contencioso e Notariado	1.134,65	182,28
. Despesas de Representação	3.426,02	3.864,45
. Limpeza, Higiene e Conforto	8.303,84	4.007,25
. Outros Serviços	33.671,37	56.112,11
TOTAL	1.299.113,34	1.273.689,93

Na rubrica de Trabalhos Especializados está incluído o montante de 9.495,60 euros, acrescido do respetivo iva, referente aos honorários respeitantes à Revisão Legal das Contas.

O aumento ocorrido nos honorários deve-se essencialmente aos prestadores da área da saúde devido ao aumento do número de horas no projecto de consultas para utentes sem médicos de família.

Na conservação e reparação, maior parte do valor corresponde às viaturas da Misericórdia.



22- GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com Pessoal” nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 detalha-se como segue:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao Pessoal	2.731.661,85	2.597.737,99
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	14.995,79	13.727,34
Encargos sobre as Remunerações	618.204,00	576.451,67
Seguros de Acidentes no Trabalho	48.695,88	44.477,86
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	20.478,79	30.160,13
Total	3.434.036,31	3.262.554,99

O Aumento do valor da rubrica Remunerações ao pessoal nos gastos com o pessoal deve-se, essencialmente, à atualização do salário mínimo nacional de 705 euros para 760 euros.

O número médio de trabalhadores em 2023 foi de 234 e em 2022 foi de 258.

23 – IMPARIDADES e PROVISÕES

Nos exercícios de 31.12.2023 e 31.12.2022 estas rubricas apresentam os seguintes detalhes:

Descrição	2023	2022
Imparidades		
Reforço Imparidade Quotizações	-	-
Imparidade Utentes	-	-
Reforço Imparidade Outros Devedores	-	-
Reversão imparidade de outros devedores	3.000,00	3.000,00
Total de Imparidades	3.000,00	3.000,00
Provisões		
Reforço Outras Provisões	-	-
Provisão Processos Judiciais em curso	-	-
Diminuição Provisão Processos Judiciais em Curso	-	-
Total de Provisões	0,00	0,00

24 – OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 detalha-se como segue:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	-	405,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	465.215,10	355.194,70
Outros rendimentos e ganhos	52.994,46	55.780,90
Total	518.209,56	411.380,60

O valor dos rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros em 2023 contempla a mais valia da venda de património no valor de 360.785,20€ e o valor de rendas obtidas no ano de 101.723,50€ (102.841€ em 2022).



25 – OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31.12.2023 e 31.12.2022 detalha-se como segue:

Descrição	2023	2022
Impostos	1.669,78	3.351,42
Gastos em Investimentos não Financeiros	-	12.500,00
Outros Gastos	34.890,85	124.853,68
Total	36.560,63	140.705,10

26 – GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 os gastos com depreciações apresentavam-se como segue:

Descrição	2023	2022
Propriedades de Investimento	66.218,69	72.688,49
Activos Fixos Tangíveis	113.447,76	119.293,13
Total	179.666,45	191.981,62

27 – JUROS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	87.605,55	41.826,17
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	87.605,55	41.826,17

28 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram factos relevantes que impliquem ajustamentos nas demonstrações financeiras.

29 - DATA DE AUTORIZACÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 07 de março de 2024.



9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR VALÊNCIAS – 2023

CONTAS	Lar Dr. Paula Borba	Lar Acácio Barradas	CAID	Apoio Domiciliário	CATI	TOTAIS
RENDIMENTOS	1.163.157,32	422.320,96	1.168.300,36	683.078,80	1.276.866,70	4.713.724,14
Prestação Serviços	1.161.134,75	419.271,42	544.221,15	156.250,42	1.271.175,54	3.552.053,28
Subsídios à Exploração	661,66	0,00	588.745,88	525.881,25	2.921,03	1.118.209,82
Reversão de Provisões	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Outros Ganhos Rend.	1.360,91	3.049,54	32.333,33	947,13	2.770,13	40.461,04
Proveitos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GASTOS	1.232.886,17	319.856,74	1.243.110,38	683.716,14	1.446.399,78	4.925.969,21
Custo Materias Consumidas	226.536,99	42.300,84	169.053,51	65.637,00	226.961,16	730.489,50
Forneci. Serviços Externos	181.281,00	38.354,86	191.253,90	175.284,60	325.421,39	911.595,75
Custos c/ Pessoal	784.562,90	217.403,23	809.406,18	407.571,87	846.453,33	3.065.397,51
Depreciações / Amortizações	14.985,21	12.749,03	56.907,65	10.567,52	13.877,20	109.086,61
Perdas por Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos Perdas	3.864,69	2.283,08	4.306,78	4.307,80	7.031,94	21.794,29
Custos Financeiros	21.655,38	6.765,70	12.182,36	20.347,35	26.654,76	87.605,55
RESULTADO ANO	-69.728,85	102.464,22	-74.810,02	-637,34	-169.533,08	-212.245,07

CONTAS	Clínica	Património	Administração	TOTAIS
RENDIMENTOS	507.833,38	466.409,10	98.618,62	1.072.861,10
Prestação Serviços	507.794,43	0,00	14.713,00	522.507,43
Subsídios à Exploração	0,00	0,00	71.039,87	71.039,87
Reversão de Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rend. Ganhos	38,95	466.409,10	12.750,15	479.198,20
Proveitos Financeiros	0,00	0,00	115,60	115,60
GASTOS	555.339,46	120.336,60	179.864,48	855.540,54
Custo Materias Consumidas	14.004,12	27,63	6,22	14.037,97
Forneci. Serviços Externos	314.343,79	49.374,77	23.799,03	387.517,59
Custos c/ Pessoal	216.019,22	0,00	152.619,58	368.638,80
Depreciações / Amortizações	2.225,07	68.039,10	315,67	70.579,84
Perdas Por Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos Perdas	8.747,26	2.895,10	3.123,98	14.766,34
Custos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ANO	-47.506,08	346.072,50	-81.245,86	217.320,56



10 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

**Patrício Cruz, A. Rodrigues
& Associados – S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**, (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 15.556.809 euros e um total de fundos patrimoniais de 7.021.790 euros, incluindo um resultado líquido de 5.075 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para opinião com reserva” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Setúbal**, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Conforme referido no Ponto 4 do anexo, os bens do património histórico, artístico e cultural, encontram-se em processo de valorização não estando ainda reconhecidos nas contas da Instituição, razão pela qual não nos foi possível quantificar o impacto dos montantes a registar na rubrica atrás referida. Dado tratar-se de bens não sujeitos a depreciação, o registo dos mesmos, terá um efeito positivo nos ativos fixos e nos fundos patrimoniais da Instituição.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

Capital Social 10.000 euros – NIPC / Nº da Matrícula na C.R.C. de Lisboa 501 308 970
Inscrição nº 13 na Lista da OROC e Registo nº 20161375 da CMVM
Sede: Rua Dr. Faria de Vasconcelos, 5 – 1º Dtº., 1900-206 Lisboa, Portugal
Tels. (351) 218 471 888 / 218 485 683



**Patrício Cruz, A. Rodrigues
& Associados - S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização. Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



**Patrício Cruz, A. Rodrigues
& Associados - S.r.o.c., Lda.**
Sociedade de revisores oficiais de contas

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de março de 2023

Patrício Cruz, A. Rodrigues & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por

Patrício Viriato da Cruz, R.O.C. n.º 162
Registado na CMVM com o n.º 20160035



11 – PARECER DO DEFINITÓRIO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SETÚBAL

Parecer do Definitório

Caros Irmãos,

No cumprimento das competências que lhe são conferidas pelo artigo 32.º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (SCMS), vem o Definitório apresentar e submeter à apreciação da Assembleia Geral o seu parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência referentes ao exercício transato, findo em 31 de Dezembro de 2023.

Tal como nos anos anteriores, o Definitório procedeu ao exame das contas com a profundidade considerada adequada e tendo em devida conta o Relatório e a Certificação Legal de Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, na validação técnica das mesmas. Foi também tomada devida nota das bases para a opinião com reserva, nomeadamente no que respeita à valorização em curso dos bens do património histórico, artístico e cultural da Misericórdia e que irão resultar no efeito positivo nos ativos fixos e nos fundos patrimoniais da Instituição.

No que respeita aos fatores de contexto externo que influenciam os resultados de 2023 da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, mantém-se um contexto geral de inflação elevada em Portugal, em particular com aumentos significativos na área alimentar. Ainda no contexto de análise de fatores externos não controláveis pela instituição, há que ter em conta os recorrentes aumentos salariais, nomeadamente do salário mínimo nacional, que numa instituição como a nossa tem um impacto direto e muito significativo nas contas. No entanto, esse é já um fator previsível e que se espera que continue a repetir-se nos próximos anos fiscais, num esforço estratégico nacional de convergência salarial para com a média da união europeia.

Em termos globais, constata-se que o resultado líquido do exercício do ano 2023 foi positivo no valor de 5.075,49€ (cinco mil, setenta e cinco euros e quarenta e nove cêntimos), o que finalmente retira a instituição de um ciclo de resultados negativos dos últimos três anos, mantendo-se a tendência de recuperação iniciada no ano anterior. Com resultados operacionais muito negativos em 2020 e em 2021, resultantes dos efeitos da pandemia, a Misericórdia apresentou em 2022 um EBITDA ainda negativo no valor de -249.400,08€ (duzentos e quarenta e nove mil e quatrocentos euros e oito cêntimos, negativos), evoluindo finalmente para um EBITDA positivo no valor de 272.347,49€ (duzentos e setenta e dois mil, trezentos e quarenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos) agora, em 2023. No entanto, esse resultado só foi possível ainda pela incorporação de receita extraordinária, nomeadamente pela alienação de património imobiliário, método que apesar de reconhecidamente necessário em anteriores Assembleias Gerais e em particular na AG do Orçamento para 2023, deve ser visto como instrumental e que não será sustentável recorrentemente em exercícios futuros.

Numa análise mais detalhada dos resultados operacionais, no lado da receita, assiste-se a uma descontinuidade nos valores das “Prestação de Serviços” e dos “Subsídios”, que decorre de uma nova forma de reconhecimento dos acordos provenientes do estado. Assim, analisando as duas rubricas em conjunto, observa-se um crescimento de cerca de 12,38% na receita, em comparação com 2022, que vinha já de uma significativa recuperação, na ordem dos 14,8%, quando comparado com 2021. Além do resultado, é de salientar a tendência positiva que se tem verificado nos últimos dois exercícios e que nos deixa otimistas quanto ao futuro, neste particular.

Ainda na análise aos resultados operacionais, mas agora do lado da despesa, continuam-se a verificar os efeitos das recorrentes subidas do salário mínimo nacional, que em 2023 resultou num novo aumento de 5,43% nos gastos com pessoal. Sendo esta rubrica responsável por 59,4% do total da despesa da instituição, qualquer subida de custos nesta área tem impactos especialmente



significativos nos resultados globais. No que respeita aos Serviços Externos, salientamos a rubrica dos “honorários” que teve um aumento de custos na ordem dos 10,19%. Em sentido oposto, salientamos também uma forte redução nos custos da energia, com particular destaque na eletricidade (-44,37%) e dos combustíveis (-10,83%). No global, resultante de tudo isto, a Rubrica dos “Serviços Externos” teve apenas uma subida residual de cerca de 2%.

Numa análise mais profunda sobre a atual robustez financeira da instituição, queremos salientar que o passivo voltou a aumentar, desta vez em cerca de 60%, quando comparado com 2022, refletindo uma tendência já verificada nos últimos três anos. Constatamos ainda um forte aumento do rácio de endividamento da instituição. Em ambos os casos, estes resultados são fortemente influenciados pelos impactos financeiros resultantes dos anos difíceis da pandemia e da guerra na Ucrânia, mas também pela incorporação contabilística do esforço assumido no contexto do projeto estratégico de reabilitação e ampliação do Lar Acácio Barradas. Pelo acima referido, não podemos deixar de dar nota que os fundos patrimoniais são atualmente de 7.021.790,26 (sete milhões, vinte e um mil, setecentos e noventa euros e vinte e seis cêntimos), para um passivo total de 8.535.018,52 (oito milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e dezoito euros e cinquenta e dois cêntimos).

Finalmente, vemos com preocupação o impacto de tesouraria relacionado com o fim do período de carência dos empréstimos obtidos, cujos compromissos deverão ser assegurados através da receita do próprio equipamento financiado. No entanto, o arranque de um novo equipamento é normalmente um processo gradual com potencial retorno financeiro efetivo somente a médio/longo prazo, algo que será certamente mais um desafio para a direção executiva.

Apesar das potenciais dificuldades acima identificadas, o Definitório vê com confiança e esperança a evolução da situação financeira global da instituição, que iniciou um ciclo de recuperação em 2022 e que resultou agora na apresentação de resultados positivos já em 2023, mesmo que ainda sustentada, em parte, por receita extraordinária. Consideramos que a abertura em pleno do “novo” Lar Acácio Barradas poderá ser essencial para o reequilíbrio financeiro da instituição nos anos vindouros e que a modernização dos restantes equipamentos será um desafio para os atuais e futuros órgãos sociais da Misericórdia...

Por tudo o referido acima e assumindo que os Mapas Financeiros, nomeadamente, a Demonstração de Resultados, o balanço e respetivos anexos, refletem, em todos os aspetos materialmente relevantes, de forma apropriada e verdadeira a posição Patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, o Definitório propõe que sejam aprovados o Relatório e Contas relativos ao exercício de 2023.

Pedro Manuel Moreira da Conceição – Presidente

Fernando Manuel Monteiro – Vice-Presidente

Rui Manuel Cardoso Ferreira de Melo - Secretário

